



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

**A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA DAS MÉDIAS E GRANDES
EMPRESAS SANTOMENSES**

Alda Amado Salvaterra Daio

Orientação: Prof.^a Doutora Elisabete Gomes Santana Félix

Mestrado em Gestão

Área de Especialização: Finanças
Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE GESTÃO

**A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO
FINANCEIRA DAS MÉDIAS E GRANDES
EMPRESAS SANTOMENSES**

Alda Amado Salvaterra Daio

Orientação: Prof.^a Doutora Elisabete Gomes Santana Félix

Mestrado em Gestão

Área de Especialização: Finanças
Dissertação

Évora, 2018

JÚRI:

Presidente: Marta da Conceição Soares da Silva Cruz Silvério

Orientador: Elisabete Gomes Santana Félix

Arguente: Luís Alberto Godinho Coelho

Às duas mulheres da minha vida:

A minha mãe Filinta, que, mesmo no crepúsculo da sua vida, continua lamentando a época em que a educação das jovens raparigas não era uma prioridade da sociedade santomense, e da qual se sente vítima;

A minha filha Tess, cujo desempenho escolar soube reavivar a minha vontade e prazer de estudar.

Je vous aime, mes amours!

Resumo

A informação financeira veiculada pelas demonstrações financeiras tem como finalidade apoiar os agentes económicos no processo de tomada de decisão.

O presente estudo tem como objectivo aferir se informação financeira produzida e divulgada pelas médias e grandes empresas santomenses é efectivamente relevante e reputada de qualidade pelos responsáveis das empresas e pelos credores.

Para tanto, adoptou-se abordagens de carácter quantitativo e qualitativo tendo o trabalho de recolha de dados sido efectuado por meio de questionário e entrevistas, os quais foram analisados através de técnicas de análises descritivas e análise de conteúdo, respectivamente.

Os resultados obtidos sugerem que a informação financeira destas empresas é reputada útil para a tomada de decisão e, nesta perspectiva, a qualidade da informação financeira é julgada aceitável. No entanto, conclui-se que as envolventes destas empresas, internas e externas, apresentam evidências pouco abonatórias à fiabilidade destas informações, pondo em causa a qualidade da informação financeira no seu todo.

Palavras-chave: *informação financeira, qualidade, relevância*

Abstract

The quality of the financial information of medium and large santomean's companies

The financial information provided by the financial statements is intended to support economic agents in the decision-making process.

This study aims to assess whether the financial information produced and disseminated by medium and large santomean's companies is actually relevant and reputable quality by the heads of companies and creditors.

Therefore, quantitative and qualitative approaches were adopted, here the data collection work being carried out by means of a questionnaire and interviews, which were analysed through descriptive analysis techniques and content analysis, respectively.

The obtained results suggest that the financial information of these companies is considered useful for decision making and from this perspective, the quality of financial information is considered acceptable. However, it is concluded that the internal and external environment of these companies presents little evidence of the reliability of this information, putting in question the quality of the financial information as a whole.

Keyword: financial information, quality, relevance

Agradecimentos

À Universidade de Évora e todo o corpo docente, sem os quais esta etapa académica não se poderia realizar no “meu elemento”.

À minha orientadora pelo acompanhamento e as sábias observações.

Aos meus colegas de mestrado com os quais partilhei momentos de estudo e de convívio.

Aos meus queridos pais e irmãos que sempre estiveram presentes em todas as fases da minha vida.

Um grande e especial obrigado a minha filha pelo carinho, companheirismo, amizade e encorajamentos constantemente manifestados, mesmo quando a distância se faz sentir.

Ao meu amigo F. B. P pelo apoio permanente e incondicional.

ÍNDICE

Índice de Anexos	8
Índice de Figuras	9
Índice de Quadros	10
Índice de Tabelas.....	11
Listagem de Abreviaturas ou Siglas.....	12
1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha	14
1.2. Formulação do Problema e dos Objetivos.....	17
1.3. Metodologia.....	18
1.4. Estrutura do Trabalho	19
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	20
2.1 A Informação Financeira	20
2.1.1 A informação financeira, output da contabilidade	20
2.1.2 Os utilizadores da informação financeira.....	23
2.2 A Qualidade da Informação Financeira	27
2.2.1 As características qualitativas da informação financeira	29
2.2.1.1. A relevância.....	30

2.2.1.2. A fiabilidade	31
2.2.2 As condicionantes da qualidade da informação financeira	32
2.2.2.1 A normalização contabilística.....	32
2.2.2.2 As condicionantes empresariais.....	34
3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	39
3.1. Objectivos	39
3.2. Recolha dos Dados.....	39
3.3. A população e a amostra	42
3.4. Trabalho de Campo.....	44
3.5. Técnicas de tratamento e análise dos dados.....	45
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
4.1. Análise dos questionários.....	47
4.1.1 Caracterização das empresas e respondentes	47
4.1.2 A informação financeira e a sua qualidade	55
4.2. Análise das entrevistas	72
5. CONCLUSÕES.....	77
BIBLIOGRAFIA.....	81
ANEXOS	87

ÍNDICE DE ANEXOS

	Pág.
Anexo nº A: Questionário	I
Anexo nº B: Guião das entrevistas	V
Anexo nº C: Carta – solicitação de entrevista	VII

ÍNDICE DE FIGURAS

	Pág.
Figura nº 1: Género dos respondentes	48
Figura nº 2: Nível académico dos respondentes	49
Figura nº 3: Número de sócios	53
Figura nº 4: Grau de parentesco entre os sócios	54
Figura nº 5: Proporção de gerentes sócios	54
Figura nº 6: Preparação da Informação financeira	56
Figura nº 7: Percepção da contabilidade	56
Figura nº 8: Fontes de financiamento	57
Figura nº 9: Destinatários da informação financeira	59
Figura nº 10: Relevância atribuída à informação financeira	61
Figura nº 11: Percepção da relevância atribuída à informação financeira pelos seus utilizadores	70

ÍNDICE DE QUADROS

	Pág.
Quadro nº 1: Estudos sobre a qualidade da informação financeira	37
Quadro nº2: Características pessoais e profissionais dos entrevistados	61

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela nº 1: Sector de actividade da amostra inicial	44
Tabela nº 2: Função dos respondentes	48
Tabela nº 3: Idade dos respondentes	49
Tabela nº 4: Idade da empresa	50
Tabela nº 5: Volume de negócio	51
Tabela nº 6: Número de colaboradores	51
Tabela nº 7: Sector de actividades	52
Tabela nº 8: Forma jurídica	52
Tabela nº 9: Estatísticas da relevância atribuída à informação financeira	61
Tabela nº 10: Cruzamento entre as variáveis função e importância da IF para a gestão	62
Tabela nº 11: Cruzamento entre as variáveis género e importância da IF para a gestão	63
Tabela nº 12: Cruzamento entre as variáveis idade e importância da IF para a gestão	64
Tabela nº 13: Cruzamento entre as variáveis nível académico e importância da IF para a gestão	65
Tabela nº 14: Cruzamento entre as variáveis função e importância da IF para as obrigações fiscais	66
Tabela nº 15: Cruzamento entre as variáveis género e importância da IF para as obrigações fiscais	67
Tabela nº 16: Cruzamento entre as variáveis idade e importância da IF para as obrigações fiscais	68
Tabela nº 17: Cruzamento entre nível académico e importância da IF para as obrigações fiscais	69
Tabela nº 18: Estatísticas sobre a percepção da relevância atribuída à IF pelos seus utilizadores	70

LISTAGEM DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe

BM – Banco Mundial

CQ – Característica Qualitativa

EC – Estrutura Conceptual

IASB – *International Accounting Standards Board*

IF – Informação Financeira

IFRS – *International Financial Reporting Standards*

INE – Instituto Nacional de Estatísticas

OCAM – Organização das Comunidades Africanas e Malgaxes

PME – Pequenas e Médias Empresas

SNC – Sistema Nacional de Contabilidade

STP – São Tomé e Príncipe

VN – Volume de Negócio

1. INTRODUÇÃO

A evolução da economia e o aumento consequente da complexidade das organizações e das unidades produtivas tem provocado uma grande pressão no que diz respeito à informação financeira. Com efeito, a sofisticação dos negócios e a estrutura da cadeia de valor é um desafio constante em termos de resposta e satisfação às solicitações dos utilizadores (Pires, 2009).

A informação financeira é veiculada pelas demonstrações financeiras que, segundo as normas da contabilidade internacional, podem ser definidas como uma representação estruturada da posição e do desempenho financeiro de uma entidade. É expectável que esta informação seja isenta de erros de forma a transmitir fielmente a realidade que pretende representar e a influenciar as decisões económicas daqueles a quem ela se destina (Borges et al., 2007).

O estudo que aqui se propõe fazer tem como pretensão responder à seguinte questão de investigação: em que medida a informação financeira produzida pelas médias e grandes empresas santomenses assume a relevância como característica qualitativa da informação financeira?

Segundo Breahnã-Pravãt (2014), a qualidade é de per si um conceito relativamente complexo e difícil de apreender. Logo, é por demais evidente que numa perspectiva financeira a dificuldade em definir a qualidade seja mais acrescida, o que explica, em parte, o interesse que a temática da qualidade da informação financeira tem suscitado nos investigadores. Apesar deste interesse e de muitos trabalhos realizados, não existe uma definição única e consensual sobre este conceito (Michaïlesco, 2009; Casta e Stolowy, 2012; Silva et al., 2015) e muitas das vezes os estudos nem comportam uma definição precisa.

No entanto, a qualidade da informação financeira é entendida por muitos autores como a capacidade da informação financeira poder influenciar a tomada de decisão dos seus utilizadores. Assumem que a informação é de qualidade se ela for completa, transparente, se permitir efectivamente aos seus utilizadores tomar decisões económicas mais acertadas, em suma, se lhe é reconhecida uma certa utilidade (Jonas e Blanchet, 2000; Ball e Shivakumar, 2004; Silva, Sarmiento e Duarte, 2015). Para ser útil, a informação financeira tem que ser relevante e para ser relevante ela tem que ser capaz de influenciar as decisões dos seus usuários afirmam igualmente Eierle e Schultze (2013) bem como Nobes e Standler (2014). Será este o entendimento da qualidade da informação financeira que será retido neste estudo.

As médias e grandes empresas santomenses evoluem num meio com algumas peculiaridades inerentes ao estágio de desenvolvimento económico em que o país se encontra. A economia santomense é uma economia em vias de desenvolvimento caracterizada por um

fraco tecido empresarial, quer do ponto de vista quantitativo, quer do ponto de vista da dimensão económico-financeira e da sofisticação do negócio das unidades que o compõem.

Este contexto económico, e até mesmo social e institucional, é favorável a um quadro pouco propício à promoção da qualidade da informação financeira. Está-se a falar, entre outros, da ausência de mercados de capitais e, conseqüentemente, as diminutas fontes de financiamento, a concentração da propriedade e da gestão nos mesmos indivíduos, a dimensão das empresas e as práticas contabilísticas. Daí a necessidade de, através de um estudo, se conhecer melhor esta temática em São Tomé e Príncipe (STP).

1.1. Enquadramento do Tema e Justificações da Escolha

Considerado como um País de Rendimento Médio Baixo¹, a economia santomense é, todavia, frágil, pouco diversificada e caracterizada por um tecido empresarial quase incipiente. Num estudo recente lê-se que o sector privado é *“constituído por uma miríade de pequenas explorações agrícolas familiares com um estatuto mal definido, um numeroso e desorganizado sector terciário com destaque para o pequeno comércio de circunstância e alguns raros empresários locais de pequena ou média dimensão, em geral desprovidos de capital e cuja competitividade relativa só é consentida pelo isolamento e a insularidade”* (CESO Consulting, 2015, p. 19).

Efectivamente, esta reduzida dimensão das empresas está, em parte, relacionada com a fraca capacidade financeira dos operadores económicos tanto no que toca aos fundos próprios, como também no que concerne ao capital alheio. A inexistência de mercados de capitais limita as fontes de financiamento, com implicações substanciais no investimento e, conseqüentemente, na expansão do negócio.

Ora, é sobejamente conhecido que os mercados de capitais potencializam a produção e a divulgação da informação financeira por parte das empresas. À semelhança de outros mercados, os mercados de capitais também são altamente competitivos. Por conseguinte, atrair bons investidores repousa na evidenciação de uma boa saúde financeira e, mais ainda, obriga a transmitir de forma segura a capacidade da empresa em gerar fluxos futuros (Moura, Franz & da Cunha, 2015). Convém igualmente realçar que um modelo de propriedade assente sobre o capital fechado, decorrente precisamente desta inexistência de mercado de capitais, tem como

¹ O rendimento *per capita* foi estimado, pelo Banco Mundial, a USD 1.811 em 2014 (Banco Mundial, 2016).

corolário a concentração da propriedade e da gestão nas mesmas pessoas, eliminando, de certo modo, mais um utilizador da informação financeira dada a ausência da necessidade de prestação de contas ao(s) proprietário(s).

Como fonte de financiamento externo, as médias e grandes empresas santomenses dispõem apenas das instituições bancárias. Estas parecem assumir, assim, uma posição de destaque na hierarquia dos *stakeholders* enquanto consumidoras da informação financeira, na medida em que a avaliação do risco de crédito é comumente efectuado com base em rácios económico-financeiros calculados a partir dos relatos financeiros.

De facto, servindo os rácios para comparações ao longo do tempo, a degradação gradual da situação económica das empresas se refletirá na evolução destes indicadores. Nesta perspectiva, as dificuldades das empresas, mais cedo ou mais tarde, se repercutirão ao nível financeiro indiciando a probabilidade de incumprimento (*default*), cujo surgimento não decorre, por regra geral, dum processo abrupto e imprevisível (Brito e Neto, 2008), mas sim de um processo de possível previsibilidade.

Baseando nestas premissas, importa conhecer o papel da informação financeira na concessão de crédito por parte das instituições financeiras do país. É desejável que a informação fornecida pelas empresas seja de qualidade, isto é, que contenha elementos bastantes permitindo aferir da real situação económica e financeira das empresas e, conseqüentemente, validar, ou não, o pedido de empréstimo e as respectivas condições. Ao condicionar esta tomada de decisão, considerar-se-á que a informação é reputada útil e relevante para estes financiadores, logo passível de ser considerada de qualidade.

A percepção da qualidade da informação por parte do sector bancário merece ser conhecida tendo sobretudo em linha de conta as suas idiossincrasias. Este sector conheceu um grande *élan* no início da década 2000. De apenas um banco, o país passou a contar, em finais de 2013, com mais sete outros, de capital estrangeiro, fruto da liberalização do sistema bancário e da expectativa da emergência do sector petrolífero no país (Banco Mundial, 2016). Porém, esta recrudescência de instituições bancárias não afectou a supremacia da instituição pioneira, que tendo como um dos accionistas o Estado Santomense continuou beneficiando da confiança dos santomenses e de uma parte do mercado de aproximadamente dois terços do total de depósitos e metade do total dos activos (Banco Mundial, 2016). Por outro lado, a não concretização das perspectivas económicas relativas à exploração petrolífera e a pequenez do mercado santomense levou à falência de dois bancos e um terceiro encontra-se actualmente sob o controlo do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP). Neste contexto, o crédito bancário em STP caracteriza-se por taxas médias de juros para empréstimos altíssimas, sendo de 18,5% para empréstimos com garantia sobre bens móveis, 15,5% para bens imóveis e 26% para

empréstimos sem garantia. De salientar igualmente que a taxa de crédito mal parado era de 16,3% em dezembro de 2014. Todos estes indicadores levaram o país a ser classificado pelo *Doing Business 2018*² no 159º lugar, num total de 190 países, relativamente ao acesso ao crédito.

Abre-se igualmente espaço neste estudo para investigar a qualidade da informação financeira, avaliada pela relevância e a utilidade da informação financeira no tocante ao processo de tomada de decisão, no seio das empresas. A actividade empresarial é caracterizada pela necessidade de gerir, de agir, de investir, de empreender. Desde logo, importa conhecer em que medida a satisfação destas necessidades são sustentadas por análises sistemáticas às demonstrações financeiras, isto é, pela informação financeira.

De recordar que as demonstrações financeiras constituem a estrutura básica da informação financeira e a sua elaboração um produto da contabilidade. Desde 1994 até a presente data que a contabilidade destas empresas rege-se pelas disposições do Plano OCAM – Plano de Contas da Organização das Comunidades Africanas e Malgaxes, instituído pelo Decreto-Lei nº 16/94. Ora, um estudo desenvolvido por uma equipa do Banco Mundial põe em evidência a desactualização e a falta de clareza deste diploma legal, bem como o baixo nível de cumprimento das normas nele estabelecidas. E mais, constata-se que não há nenhuma instituição com competências para monitorizar a conformidade das práticas contabilísticas com o plano OCAM.

Até 2017 não existia uma ordem de técnicos oficiais de contas³ e o exercício da profissão de contabilista e revisores de contas só se tornava possível mediante autorização do Ministério das Finanças, com base num parecer da Direcção dos Impostos.

Num cenário como este, interroga-se sobre a possibilidade de haver uma influência do fisco sobre o sistema contabilístico e, se assim for, Rodrigues e Pires (2011) afirmam que as empresas adoptam geralmente soluções contabilísticas que as beneficiam em matéria fiscal.

Estes autores aduzem, igualmente, que as empresas de pequena dimensão⁴ não exigem sistemas de informação muito elaborados. Isto resulta da simplicidade das operações e da ausência de modelos de gestão muito sofisticados. Nestas circunstâncias, a satisfação das necessidades de muitos empresários passa por vias directas, caracterizadas por

² O *Doing Business* é uma publicação do BM que classifica os países em matéria de ambiente de negócio. Esta publicação analisa a cada ano as leis e regulações que facilitam ou dificultam as atividades das empresas em cada economia e publica indicadores quantitativos sobre as regulações das atividades comerciais e sobre a proteção dos direitos de propriedade, que podem ser comparados através de 190 economias, bem como através dos anos.

³ Em 2017 foi instituída a lei que cria a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores. Todavia, somente após a realização da primeira Assembleia Geral é que esta se torna efectiva.

⁴ Apesar do trabalho incidir sobre as grandes e médias empresas, veremos mais a frente que na realidade estas empresas têm características de pequenas empresas no contexto internacional.

relacionamentos estreitos e conhecimento pessoal, o que faz com que as necessidades de divulgação de informação sejam diminutas.

Do que se depreende do acima referido, interessa averiguar quais são os efectivos utilizadores do relato financeiro e se não existe aqui uma tendência para que o verdadeiro destinatário da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses seja o fisco, condicionando, deste modo, a qualidade das informações divulgadas.

A importância deste estudo repousa-se primeiramente na sua originalidade. Da revisão da literatura efectuada, não constou haver estudos sobre esta temática no contexto das grandes e médias empresas santomenses, nem em nenhuma das suas outras perspectivas e vertentes. Aliás, os estudos nas diferentes áreas em São Tomé e Príncipe são muito escassos. Para colmatar esta lacuna, é preciso que a comunidade académica, que agora se emerge, se esforce no sentido de reverter este estado de coisas e invista no aumento do conhecimento científico no país.

Por outro lado, uma investigação sobre a qualidade da informação financeira interessa os utilizadores desta informação, assim como aos legisladores e às entidades encarregues da normalização dos procedimentos contabilísticos.

A escolha de delimitar este estudo às médias e grandes empresas, para além da menor dificuldade na obtenção de dados dada a existência de uma contabilidade organizada, assenta na importância que estas empresas revestem para a economia santomense, considerando o peso que representam no sector empresarial, mormente no que diz respeito à percentagem do volume de negócios (VN) e ao nível de empregabilidade.

As motivações para o tema são de cariz pessoal e profissional, porquanto, enquanto técnica de um dos principais consumidores destas informações, a saber, a administração tributária, este tema suscita grande interesse e curiosidade.

1.2. Formulação do Problema e dos Objectivos

O estudo que aqui se propõe fazer tem como pretensão responder à seguinte questão de investigação: em que medida a informação financeira das médias e grandes empresas santomenses assume a relevância como característica da qualidade da informação financeira?

Este estudo tem como objectivo geral aferir se a informação financeira produzida e divulgada pelas médias e grandes empresas santomenses é efectivamente relevante e reputada de qualidade no seio das empresas e pelos credores.

De forma a se proceder a esta aferição, fixam-se como objectivos específicos os seguintes:

- Caracterizar as médias e grandes empresas santomenses;

- Avaliar a influência de factores como a preparação da informação financeira e o acesso ao financiamento na qualidade da informação financeira;
- Identificar os efectivos utilizadores da informação financeira;
- Conhecer a percepção dos credores e dos responsáveis pela produção da informação financeira acerca da qualidade da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses, bem como possíveis relações entre esta e certas características das empresas.

1.3. Metodologia

Com o intuito de se atingir os objectivos propostos, esta pesquisa será orientada por abordagens metodológicas tanto de carácter quantitativo como qualitativo. Esta dualidade de abordagem guiará todos os passos que compõem a metodologia investigativa.

Assim, no que toca à recolha de dados, serão utilizadas fontes secundárias para a revisão da literatura como livros, artigos científicos, dissertações e teses, e para o trabalho empírico recorrer-se-á à base de dados da Direcção dos Impostos, bem como a estudos sobre temáticas conexas ao tema da presente investigação sobre STP.

Os dados primários serão recolhidos a partir de: (i) questionário destinado aos produtores da informação financeira (gestores de empresa ou responsáveis do sector financeiro), com vista a recolher informações sobre as médias e grandes empresas, no que toca, entre outros, a forma jurídica, a propriedade, a gestão e a percepção dos mesmos relativamente à qualidade do reporte financeiro, entendida neste estudo como a utilidade da informação no processo de tomada de decisão; e (ii) entrevista semi-estruturada aos responsáveis do sector de créditos de instituições financeiras. O objectivo é de conhecer o papel da informação financeira no que concerne à concessão de créditos às empresas.

Quanto à população do inquérito, ela é composta pelas médias e grandes empresas santomenses, cuja classificação decorre da lei do enquadramento empresarial (Lei nº11/2005), sendo que dois elementos determinam a dimensão da empresa, nomeadamente, o volume de negócios e o número de trabalhadores. No que se refere à entrevista, a população em causa é constituída pelos 5 bancos existentes no país.

Para a análise dos dados decorrentes dos questionários, recorrer-se-á às técnicas de análise descritiva, enquanto que as entrevistas serão submetidas à análise de conteúdo.

1.4. Estrutura do Trabalho

Em termos estruturais o presente trabalho articula-se em torno de cinco capítulos. Para além do presente capítulo introdutório, é apresentado um capítulo dedicado à revisão da literatura onde se faz uma abordagem da qualidade da informação financeira nas diversas perspectivas que têm suscitado interesse ao nível da comunidade científica. No terceiro capítulo delinea-se a metodologia na qual está assente todo este trabalho, o qual desemboca, no quarto e quinto capítulos, com a apresentação dos resultados obtidos e a conclusão, respectivamente.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Uma abordagem sobre o estado do conhecimento sobre a temática da qualidade da informação financeira será feita neste capítulo, tendo como fio condutor a exposição dos principais conceitos e trabalhos de investigação realizados no que concerne, primeiramente, a informação financeira e, numa segunda fase, a qualidade da informação financeira.

2.1 A Informação Financeira

O desenvolvimento dos mercados de capitais e o processo de decisão a este associado fazem com que a necessidade da informação financeira seja grande. Neste contexto, é expectável a divulgação de informação relevante que possa ser transmitida aos que efectivamente dela precisam no sentido de facilitar a avaliação do potencial económico e financeiro das empresas. Contudo, para que as informações cumpram com o seu objectivo, de satisfazer as necessidades dos vários utentes, é preciso que o modelo que as produz seja preciso, verificável e confiável (Sousa, 2009). Para tanto, embora se reconheça, em algumas situações, a dificuldade da contabilidade de espelhar todas estas informações (Pires, 2009), é ainda e sobretudo na contabilidade que a informação financeira enraíza as suas bases dando lugar a um processo de credibilização e de procura de qualidade exigida pelos seus utilizadores.

2.1.1 A informação financeira, output da contabilidade

A informação financeira é veiculada pelas demonstrações financeiras que, segundo as normas de contabilidade internacional, podem ser definidas como uma representação estruturada da posição e de desempenho financeiro de uma entidade. Estas representações decorrem da classificação, mensuração e registo coerente e contínuo de todos os factos (Freitas, 2009), ou seja, resultam da contabilidade cujo objecto de estudo é o património e as suas variações. Mas, mais do que estudar este património, a contabilidade tem como finalidade a sua evidenciação na medida em que deve dar a conhecer a realidade estudada (Rodrigues & Pires, 2011). Em consequência desta pretensão, a contabilidade aparece como um sistema de informação orientado para fornecer conhecimento sobre a situação económica, financeira e monetária de uma entidade.

Segundo Borges, Rodrigues e Rodrigues (2007) a contabilidade foi considerada por muitos e durante muito tempo como uma técnica cujo objectivo era descrever e registar os factos patrimoniais ocorridos tendo em vista o conhecimento de um conjunto de situações relativas à empresa. No entanto, pouco a pouco, a descrição e o registo passam a assumir um papel

secundário, isto é, passam a ser apreendidos mais como um meio do que propriamente uma finalidade, enquanto que o conhecimento que deles se retira ganha primazia. Desta evolução resulta uma mudança do paradigma da contabilidade e esta passa a assumir-se como uma fonte de informação. Como diz Alves e Ussman (2006, p.124) "*é à contabilidade que pertence o papel de fornecer informações*".

Este objectivo cimeiro da contabilidade está associado ao desenvolvimento da actividade económica e à complexidade da envolvente empresarial, em que a necessidade de acesso à informação resulta da necessidade de se tomar decisões (Rosa, 2013). É precisamente nesta linha de raciocínio que se posiciona a Estrutura Conceptual (EC) do Sistema Nacional de Contabilidade (SNC) ao aduzir que as demonstrações financeiras são preparadas com o intuito de "*proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações da posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas*"⁵.

Partindo desta premissa e tendo em conta que as decisões económicas estão longe de ser as mesmas para todos os utentes, porquanto, os interesses que os movem vis a vis da empresa diferem, deixando transparecer necessidades díspares, existe uma tentação de se questionar a capacidade da informação financeira, sendo ela generalista, de cumprir com este desiderato.

Retira-se da literatura que a resposta a este questionamento vai para além da própria informação, ou seja, assenta-se no modelo que a produz. De acordo com Freitas (2013) a elaboração da informação financeira obedece a um conjunto de pressupostos contabilísticos conhecidos e aceites por todos os utilizadores. Borges et al. (2007) afirmam que é preciso modelos comuns e uniformes assim como regras e princípios que conferem fiabilidade à informação. De forma corroborativa, Casta (2003, p.3) alega que a contabilidade da empresa é uma construção que repousa sobre princípios convencionais, geralmente aceites que especificam o modelo. Acrescenta que a legitimidade do modelo advém da sua "*capacidade de apreender, avaliar e sintetizar, mas também a seguir no tempo as informações relativas às transacções que têm impacto na riqueza da firma*".

De uma forma geral, segundo a EC do Sistema Nacional de Contabilidade, a contabilidade adopta um modelo baseado no custo histórico e na manutenção do capital financeiro nominal, a partir do qual são elaboradas as demonstrações financeiras. Entretanto, não exclui a possibilidade de existência de outros modelos que possam ser mais apropriados para fornecer informações mais específicas. Eierle e Shultze (2013) reforçam afirmando que toda avaliação de alternativas pressupõe a especificação das preferências dos potenciais utilizadores e das

⁵ Sistema de Normalização Contabilista - Estrutura Conceptual, versão 070618, pag.6/27.

decisões que visam tomar. Sendo assim, são de opinião que a obtenção de um modelo contabilístico óptimo é quase impossível.

Compulsando estes elementos e pressupostos, conclui-se que a contabilidade, regendo-se por um conjunto de princípios, acaba por produzir informação que vai ao encontro das expectativas gerais dos seus utilizadores (Pires, 2009). Os registos contabilísticos, agrupados, sintetizados e tratados produzem informação contabilística cujo rigor e fiabilidade confortam os utilizadores na sua interpretação e permitem-lhes decidir de forma mais assertiva. Por conseguinte, o processo da preparação da informação financeira tem a sua origem na contabilidade e dela dificilmente se poderá dissociar (Rosa, 2013). Entre a informação contabilística e a informação financeira estabelece-se uma relação intrínseca ao ponto de se ver na literatura, não raras as vezes, uma indiferenciação entre estes dois conceitos, sendo utilizados para reflectir uma mesma realidade.

Martins (2007) define a informação financeira como toda a informação quantificada e expressa em unidades monetárias que são divulgadas através das demonstrações financeiras e que são conformes às normas contabilísticas de aceitação generalizada. Já Jonas e Blanchet (2000) são de opinião que nem todas as informações financeiras são divulgadas através das demonstrações financeiras. As empresas divulgam informações financeiras através de outros meios, como os comunicados de imprensa, e de outras formas que não necessariamente através das demonstrações financeiras (por exemplo, apresentações e sites).

Por seu turno, Pires e Alves (2011) alegam que para a tomada de decisões, as informações devem ser oportunas, tendo constatado, num estudo realizado, que num contexto de incerteza, sobretudo da envolvente, as informações não financeiras acabam por ser mais relevantes que as financeiras.

Tem-se verificado ainda, e por diversas razões, que a informação financeira divulgada pelas demonstrações financeiras tem sido posta em causa por alguns investigadores. É apontada a dificuldade da contabilidade espelhar o verdadeiro valor da empresa num contexto de predominância de activos intangíveis nas empresas (Chakroun, 2008; Pires, 2009), ou seja, quando a sua vantagem comparativa reside no factor conhecimento (Sousa, 2009). A abordagem estática da empresa e a avaliação assente em modelos contabilísticos rígidos não permitem captar todas as capacidades da empresa para inovar e resistir aos choques exógenos ao longo do tempo, facto que põe em causa a apreciação do valor patrimonial e consequentemente "a sua imagem verdadeira e apropriada" (Pires, 2010).

2.1.2 Os utilizadores da informação financeira

A partir dos anos 60 verifica-se uma viragem na percepção da informação financeira. De uma visão da informação financeira "verdadeira" passa-se à informação financeira útil orientada para o apoio na tomada de decisão (Martins, 2007). Decorrente desta alteração de paradigma, esta nova vocação da informação financeira coloca a satisfação das necessidades dos utilizadores no centro das suas preocupações (Freitas 2009; Rodrigues & Pires, 2012) e é, igualmente, o corolário das recentes evoluções das sociedades, transformadas em sociedades de informação.

Com efeito, a informação financeira, veiculada pelas demonstrações financeiras, tem por finalidade espelhar a verdadeira situação de uma entidade e exerce um papel importante na tomada de decisão tanto ao nível interno como ao nível dos utilizadores externos da informação (Pereira, 2006). As decisões em causa são decisões económicas que exigem dos actores económicos uma avaliação da capacidade das entidades de honrar os seus compromissos financeiros, de gerar fluxos financeiros futuros, bem como a aferição do grau de certeza associado à sua obtenção (Freitas, 2009).

É deveras notório que o contexto económico actual, caracterizado pela globalização dos mercados e a intensificação da concorrência, em que os negócios tornaram-se mais sofisticados e as transacções mais complexas, faz emergir necessidades de financiamento por parte de múltiplos investidores (Alves e Antunes, 2010). De igual modo, este mesmo contexto aumenta o número e o interesse dos *stakeholders* em relação às empresas devido ao peso que as envolventes representam neste novo cenário. A incerteza, a competitividade, a ameaça do fracasso empresarial, entre outros motivos, obrigam a um escrutínio da situação económica e financeira das empresas por parte destes *stakeholders*, fazendo dos mesmos os principais utilizadores da informação financeira. Assim, consoante o conhecimento sobre a organização que conseguem retirar da informação financeira, cada utente tenta tomar decisões mais acertadas possíveis (Pereira, 2006).

Considera-se utilizadores da informação financeira todos aqueles que a um determinado momento da sua actividade decidem sobre um investimento, a capacidade da empresa de honrar os seus compromissos financeiros vis a vis dos trabalhadores e/ou credores, avaliam o desempenho do órgão de gestão e a capacidade de gerar lucros e dividendos, como também elaboram políticas fiscais, estatísticas e regulamentações (Freitas, 2009).

Pode-se, assim, distinguir dois tipos de utilizadores de informação tendo em conta a acessibilidade da mesma (Rosa, 2013): os internos e os externos. São utilizadores internos os gestores e empregados e, segundo a literatura, os investidores, credores, fornecedores, clientes,

o Governo e os seus departamentos e o público, constituem o leque de utilizadores externos (Pereira, 2006; Freitas, 2009; Pires, 2009; Rosa, 2013). Aliás, certos autores são de opinião que a informação financeira é orientada para o exterior, ou seja, tem vocação a responder às expectativas deste público-alvo (Casta, 2003; Rodrigues & Pires, 2011).

As necessidades dos utilizadores podem ser espelhadas da forma seguinte:

a) Empregados:

A necessidade de informação por parte dos trabalhadores prende-se com a estabilidade e as oportunidades de emprego, bem como as contrapartidas remuneratórias e de reforma (Freitas, 2009; Rosa, 2012). Nesta perspectiva, é de seu interesse avaliar a situação actual e futura, sobretudo no que diz respeito aos níveis de rentabilidade e a estrutura de capitais por forma a prever o fracasso ou sucesso empresarial (Pires, 2009).

b) Gestores

No que toca aos gestores, a informação financeira é útil na medida em que lhes permitem tomar decisões ao nível da gestão. As decisões de gestão, segundo Nunes & Serrasqueiro (2004), podem ser de natureza estratégica (investimento, financiamento e distribuição de dividendos) ou operacional (gestão corrente). Estes autores concluíram no seu trabalho que a informação financeira é importante para os gestores nas decisões operacionais e estratégicas de investimento através da análise da capacidade financeira da empresa. Menos importante ela é nas decisões de financiamento e de distribuição de dividendos. Por seu turno, Alves (2008), no estudo sobre a utilização da informação no processo de tomada de decisão, conclui que a informação é importante e é utilizada na maioria das decisões dos dirigentes, sem que haja, no entanto, diferenças entre as decisões estratégicas e de rotina. Constatou também que o processo de decisão comporta várias fases, sendo elas a identificação do problema, a lista de alternativas, a análise e escolha de uma alternativa e a implementação da solução retida, frisando que a utilidade dada à informação difere segundo a fase do processo sendo mais útil nas primeiras fases. Já Rodrigues e Pires (2011) chegaram a conclusão que nas pequenas empresas portuguesas as decisões de investimento não se baseiam necessariamente nas informações financeiras, dependendo, em muito, da intuição dos proprietários. Pires e Alves (2011), num trabalho sobre a utilidade da informação financeira e não financeira na tomada de decisão num contexto de incerteza da envolvente, constataram que os gestores atribuem maior relevância à informação financeira do que a não financeira quando se trata de processos e

operações, enquanto que se tratando de trabalhadores, clientes e fornecedores a informação não financeira aparece como mais relevante.

Por outro lado, é sabido que a responsabilidade pela elaboração da informação financeira recai sobre os gestores. Ora, não seria improvável que estes adoptassem políticas contabilísticas que influenciassem as demonstrações financeiras no intuito de que a informação por elas transmitida reflectisse positivamente em seu benefício sob a forma de compensação salarial e de permanência nas funções (Rosa, 2013), sobretudo num contexto de assimetria de informação. Com efeito, segundo Eirle e Schultze (2013), a reputação e o êxito dos gestores se constroem com base no desempenho da empresa, medido pelo relatório financeiro.

c) Investidores reais e potenciais

Neste grupo, Pires (2009) distingue os investidores cuja participação no capital é de longo prazo e são movidos pelo aumento do seu património, dos que investem a curto prazo de forma especulativa visando ganhos imediatos. Os primeiros, para Rosa (2012), são considerados proprietários da empresa e, como tal, podem também ser considerados como utentes internos. A estes interessa conhecer a capacidade da empresa em gerar fluxos de caixas futuros e distribuir dividendos.

Partindo de uma outra abordagem, apercebe-se que num contexto de separação da propriedade e da gestão, estes investidores/prorietários/accionistas recorrem às demonstrações financeiras no intuito de avaliarem o zelo e o desempenho dos órgãos de gestão (Pires, 2009), que não sendo satisfatório pode culminar em exonerações aquando das assembleias gerais (Eirle & Schultze, 2013). Neste sentido, Pires (2009) não deixa de se referir ao círculo vicioso que se pode instalar entre os gestores e os investidores quando a permanência dos primeiros nas suas funções é condicionada à satisfação dos interesses destes últimos.

Relativamente aos investidores financeiros, segundo Freitas (2009), a informação financeira é-lhes útil para procederem às operações relativas aos títulos financeiros (compra, venda, detenção). Autores como Rodrigues e Pires (2011), Escaffre (2012) e Casta e Stolowy (2012), salientam a posição privilegiada, sobretudo no meio anglo-saxónico, do investidor financeiro dentre os utilizadores da informação financeira. Esta posição encontra sustentação no pressuposto segundo o qual sendo estes detentores de capital de risco, as demonstrações financeiras, ao terem que satisfazer as suas necessidades, estarão forçosamente a satisfazer as necessidades dos demais utentes.

Corroborativamente Jonas e Blanchet (2000) realçam a importância do investidor, este visto numa perspectiva lata do conceito, a do investidor/accionista, e falam mesmo de

protecção do accionista/investidor, na medida em que os interesses deste devem ser protegidos através do fornecimento de informações o mais suficiente e transparentes possível.

Esta percepção do papel privilegiado do investidor decorre do próprio funcionamento dos mercados financeiros e das decisões de investimento a eles inerentes, facto que provoca uma forte pressão sobre a informação financeira (Pereira, 2006). Segundo Aaker e Jacobson (1994) os mercados reagem aos resultados de curto prazo das empresas, não apenas para as decisões presentes, mas também para as futuras, na medida em que estas informações são portadoras das perspectivas futuras.

d) Credores

Relativamente aos credores interessa-lhes saber se a empresa está em condições de reembolsar os créditos contraídos e os juros que a eles respeitam, e isto nos prazos acordados (Pires, 2009). A análise da informação financeira na perspectiva da banca vai no sentido de aceitar ou recusar o empréstimo solicitado e, à semelhança dos investidores financeiros no mercado de capitais, os credores procuram informação para prever a capacidade das empresas em gerar fluxos de caixa futuros e decidirem em consequência sobre a forma mais rentável de afectarem os seus recursos (Martins, 2007).

e) Fornecedores e clientes

As necessidades decorrem das relações contractuais existentes com a empresa fornecedora das informações financeiras. Os primeiros, de forma similar aos credores bancários, buscam informação sobre a solvabilidade da empresa, ao passo que os segundos são movidos pela preocupação de saber da continuidade da empresa no mercado. Esta preocupação é tanto maior quanto mais delas forem dependentes (Freitas, 2009).

f) Estado e as suas instituições

Para além das necessidades de informação para elaboração de estatísticas e regulamentações é na tributação que as necessidades de informação financeira tornam-se mais prementes. Rodrigues, Pires e Pereira (2014) afirmam que esta necessidade aparece a partir do momento em que a tributação de rendimentos é feita através do lucro efectivo cujo apuramento é baseado nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, Rodrigues e Pires (2011) concluíram, num estudo realizado, que num contexto económico constituído predominantemente de

pequenas e médias empresas (PME), tendo como exemplo Portugal, a informação financeira é preparada considerando as necessidades do Fisco, o que faz deste o principal utilizador da informação financeira.

Face às necessidades dos principais utilizadores acima vistas, constata-se que a gestão da informação financeira divulgada pelas empresas aparece deste modo como um exercício de *trade-off* para as empresas. De facto, a informação ao ser única, mesmo considerando que a sua interpretação pode ser influenciada pelo próprio utilizador, destina-se a um vasto público. Ora, os benefícios esperados de uns e de outros, podem até ser antagónicos. É prova disto a percepção que se quer dar ao Fisco sobre a situação económica e financeira da empresa e a que se pretende passar para os investidores e credores. Nesta perspectiva, é por demais evidente que a envolvente da empresa terá uma grande influência na determinação do utilizador preferencial da informação financeira, como concluíram Rodrigues e Pires (2011). Para estes autores, num contexto de mercados financeiros desenvolvidos, onde as empresas poderão se financiar, a informação financeira será elaborada no sentido de suscitar a confiança dos investidores. O mesmo não acontece quando o financiamento externo é assegurado pela banca, em que, neste caso, o utilizador privilegiado é o credor.

Estes mesmos autores apontam outras características da envolvente, nomeadamente a pequena dimensão das empresas e a pouca sofisticação do negócio que levam a que a satisfação das necessidades de muitos utilizadores seja obtida num quadro em que as informações financeiras tenham um papel não muito significativo e a relevância é assumida pelo relacionamento directo e o conhecimento pessoal. Nestas circunstâncias facilmente se conclui que as informações financeiras têm como único destinatário o Fisco.

2.2 A Qualidade da Informação Financeira

Segundo Breahnã-Pravãt (2014), a qualidade é de per si um conceito relativamente complexo e difícil de se apreender. Estes autores alegam que, em termos gerais, o conceito está associado às características próprias de um objecto, produto ou serviço, cuja qualidade não deve ser de maneira nenhuma assimilada a uma relação de valor e a sua aferição pressupõe a satisfação de uma série de requisitos e normas.

Ora, numa perspectiva financeira, a dificuldade em definir a qualidade é mais acrescida, o que explica, em parte, o interesse que a temática da qualidade da informação financeira tem suscitado nos investigadores. Apesar deste interesse e de muitos trabalhos realizados, não existe uma definição única e consensual sobre este conceito (Michaïlesco, 2009; Breahnã-Pravãt

2012; Silva *et al.*, 2015) e muitas das vezes os estudos nem comportam uma definição precisa. Segundo Silva et al. (2015) mesmo o *International Accounting Standards Board (IASB)*, enquanto organismo promotor de normas capazes de conferir à informação financeira uma elevada qualidade, não define o conceito.

Michaïlesco (2009) constatou que para além da heterogeneidade do conceito, existem também várias terminologias utilizadas pelos investigadores para retratar esta realidade. Uns falam de qualidade dos resultados (*earning quality*), outros de qualidade contabilística (*accounting quality*), de qualidade da informação contabilística (*quality of accounting information*) ou de qualidade da informação financeira (*financial reporting quality*). Por seu lado, Van Beest, Braam e Boelens (2009) afirmam que a qualidade da informação financeira é um conceito lato que engloba não apenas a informação financeira como também a não financeira, na medida em que esta última também influencia a tomada de decisões.

Efectivamente, e porque em consonância com os objectivos do IASB, a qualidade da informação financeira, para muitos autores, está associada à sua utilidade no processo de tomada de decisão (Silva, Sarmiento & Duarte, 2015). Constituem exemplos: Ball e Shivakumar (2004) quando declaram interpretar a qualidade da informação financeira, em termos abstractos, como a utilidade das demonstrações financeiras para os diferentes *stakeholders*; Jonas e Blanchet (2000) determinam a qualidade da informação financeira através da utilidade desta para os seus utilizadores, aqui identificados como investidores e credores. A esta abordagem da qualidade da informação financeira os mesmos designaram de *user needs*.

No mesmo espírito, Breahnã-Pravāt (2014) defendem que, à semelhança dos produtos ou serviços, a informação financeira, para ser útil aos seus detentores, deve obedecer a uma série de características. Van Beest *et al.* (2009) não deixam, porém, de alertar que, sendo a informação financeira elaborada para grupos com preferências distintas, não seria anormal que a qualidade fosse percebida de forma diferente, mesmo no seio de um mesmo grupo, consoante o contexto. Ou seja, a subjectividade da qualidade é apresentada como uma dificuldade acrescida à sua compreensão.

Jonas e Blanchet (2000), a esta abordagem utilitária da qualidade financeira relativa aos utilizadores, à satisfação das suas necessidades e sobretudo à capacidade de influenciar as decisões destes, associam uma outra abordagem em que a qualidade está relacionada à transparência da informação para os investidores. Neste âmbito, a qualidade da informação financeira é definida em relação a uma divulgação da informação que se quer completa, justa e transparente, isto é, uma informação fiável e não propensa a enganar os investidores.

Em linha com esta perspectiva de avaliação da qualidade da informação na óptica dos investidores, outros autores se destacam. Biddle, Gilles e Rodrigo (2009) definem a qualidade

dos relatórios financeiros como a precisão com que as informações das empresas, mormente as que concernem os fluxos de caixa esperados, são passadas aos investidores financeiros. O mesmo acontece com Byard (2006) que avalia a qualidade da informação financeira tendo em conta a precisão da previsão dos ganhos futuros pelos analistas financeiros.

Sob uma outra perspectiva, não se pode deixar de referir que a qualidade da informação financeira é também tratada e definida na literatura através da sua medição (Casta & Stolowy, 2012). Ora, segundo Van Beest *et al.* (2009), a mensuração da qualidade do relato financeiro não é um exercício fácil e não raras as vezes é feita de forma indirecta através de atributos que se julga influenciar a qualidade deste relato, como a gestão de resultados, os reajustes financeiros e a oportunidade. De facto, alguns exemplos podem ser aduzidos. Barth *et al.* (2008) medem a qualidade da informação financeira utilizando a gestão de resultados (*earnings management*), o reconhecimento das perdas (*timely loss recognition*) e a pertinência da informação (*value relevance*).

Biddle *et al.* (2009), inspirando-se de trabalhos de outros autores, utilizaram 3 medidas da qualidade financeira, sendo (1) medida de qualidade de rendimentos, (2) medida de qualidade de acumulação e (3) o índice FOG que é uma medida de legibilidade das demonstrações financeiras associada à persistência dos lucros e à rentabilidade futura das empresas.

No seu estudo, Martins (2007) utilizou os *accruals*⁶, os normais e discricionários para medir a qualidade da informação financeira, baseando-se num modelo proposto por um outro autor, ou seja, o modelo de Jones (1991). O pressuposto deste método é que quanto maior forem os valores desses *accruals*, menor será a qualidade da informação financeira. O mesmo método foi utilizado por Gonçalves (2014), tendo associado a imparidade dos activos, tanto os tangíveis como os intangíveis. De igual modo, Cohen (2006) afirma que a qualidade da informação é de nível inferior quando comparando os *accruals* com os fluxos de caixa se obtêm grandes desvios.

Outra forma de avaliar a qualidade da informação financeira é por via das suas características qualitativas.

2.2.1 As características qualitativas da informação financeira

As características qualitativas (CQ) da informação financeira são os atributos (Silva *et al.* 2015), ou as particularidades (Freitas, 2009), que tornam a informação financeira constante das demonstrações financeiras útil aos seus utilizadores no processo de tomada de decisão.

⁶ Os *accruals* é a expressão anglo-saxónica que corresponde à variação do fundo de maneio. Os *accruals* normais são os que são esperados da actividade normal da empresa, enquanto os discricionários estão associados à manipulação dos resultados (Martins, 2007; Gonçalves, 2014).

A literatura sobre esta temática evidencia quatro características qualitativas como sendo as principais: a relevância; a fiabilidade; a compreensibilidade; e, a comparabilidade (Freitas, 2009; Nobles & Stadler, 2014; Rahmani & Jabari, 2015; Silva *et al*, 2015; Valente & Fujino, 2016), pese embora outras CQ sejam apontadas por certos autores tal como: a transparência; a oportunidade; e, o conservadorismo (Nobles & Stadler, 2014). Tal evidência está em harmonia com o quadro conceptual das normas internacionais.

Uma distinção entre as CQ, assente sobre a maneira como estas afectam a utilidade de informação reportada, é proposta por vários investigadores. Van Beest *et al.* (2009) e Silva *et al.* (2015) classificam-nas como fundamentais quando se trata da relevância e da fiabilidade e como de reforço (ou de melhoria) no caso da compreensibilidade e comparabilidade. Outros, nas suas perspectivas, falam de CQ centradas sobre o conteúdo (ao se referirem às duas primeiras) e CQ centradas sobre a forma (referindo-se às duas últimas) (Freitas, 2009; Rahmani & Jabari, 2015).

Debruçando-se mais profundamente sobre estas características verifica-se que as CQ de reforço, ou de melhoria, ou ainda sobre a forma, às quais Van Beest *et al.* (2009) acrescentam a verificabilidade e a oportunidade, têm como objectivo, segundo estes mesmos autores, melhorar a utilidade e a qualidade da decisão quando já estão presentes as CQ fundamentais. Os autores são de opinião que por si só elas não podem conferir qualidade aos relatórios financeiros. A compreensibilidade pressupõe que a informação contida nas demonstrações financeiras é de fácil entendimento, porquanto os itens se encontram integrados e classificados correctamente (Rahmani & Jabari, 2015). Enquanto que a comparabilidade é a característica da informação que permite que as demonstrações financeiras possam ser comparadas quer entre as diferentes entidades, a fim de se aferir a posição financeira e as suas possíveis alterações, bem como o seu desempenho, quer ao nível da própria entidade através do tempo, de forma a vislumbrar a tendência da posição financeira (Freitas, 2009). Esta comparação só é possível porque os métodos contabilísticos são similares no tratamento e divulgação dos factos patrimoniais.

No que tange às CQ fundamentais, a saber, a relevância e a fiabilidade, pela sua importância, são analisadas nos pontos seguintes:

2.2.1.1. A relevância

Para ser útil, a informação financeira tem que ser relevante e para ser relevante ela tem que ser capaz de influenciar as decisões dos seus usuários (Eierle & Schultze, 2013; Nobes & Standler, 2014), ou seja, tem que prestar *algum apoio na avaliação dos acontecimentos passados, presentes ou futuros ou na confirmação, ou correcção, das suas avaliações passadas* (Freitas, 2007,p.915).

De acordo com autores como Freitas (2009), Eierle e Schultze (2013), Ciuhureanu (2015), Valente e Fujino (2016), desta capacidade emergem duas propriedades da relevância: o valor preditivo; e, o valor de confirmação (ou de *feedback*). A informação financeira relevante tem caracter preditivo porque permite prever a capacidade das empresas de aproveitar as oportunidades que se lhe apresentam e a sua resiliência face às situações adversas. Por outro lado, ao ser capaz de aferir se as previsões foram atingidas, a informação revela a sua capacidade confirmatória. Estas duas propriedades estão naturalmente interligadas, na medida em que a informação retrospectiva permite melhorar a previsão que por sua vez poderá ser confirmada posteriormente.

Na mesma esteira, Jonas e Blanchet (2000) são de opinião que a relevância da informação se traduz pelo apoio aos investidores em diferentes aspectos: (1) o valor preditivo da relevância deve contribuir na avaliação dos ganhos das empresas, isto é, na distinção entre os ganhos excepcionais e os ganhos persistentes que garantem efectivamente a sustentabilidade financeira da empresa; (2) o valor preditivo deve permitir ao investidor fazer um juízo sobre as perspectivas da empresa, avaliar as oportunidades e riscos a partir de informações desagregadas, quer oriundas dos diferentes negócios, quer advindas de diferentes meios de divulgação da informação; (3) o valor confirmativo deve estar refletido nas comunicações da empresa que darão conta das expectativas anteriores e como elas foram alcançadas. Mais, os investidores devem ser capazes de vislumbrar nos resultados actuais a influência de eventos passados, tanto ao nível do mercado como ao nível da empresa, ou seja, verificar como as decisões passadas afectaram a posição financeira actual.

Muito próximo das opiniões dos autores acima mencionados, Van Beest *et al* (2009) veem na relevância a medição da capacidade prospectiva dos relatórios financeiros e os riscos e as oportunidades neles refletidas. À noção de relevância estes investigadores associam o conceito de justo valor que, no seu entendimento, contribui mais para o reforço da relevância do que o custo histórico.

2.2.1.2. A fiabilidade

Como já referido, para que uma informação seja de qualidade é necessário que seja útil. Ora, a utilidade da informação deve ser aferida tanto no que diz respeito à sua relevância como também à sua fiabilidade, na medida em que deve representar de forma fiel os fenómenos que se propõe representar (Ciuhureanu, 2015; Eierle & Schultze, 2013; Valente & Fujino, 2016). Segundo estes autores, a informação é fielmente representada se for neutra, completa e isenta de erros.

Para Freitas (2009) a informação é fiável se inspira confiança aos seus utilizadores. Para tanto, ela deverá comportar características como a representação fidedigna, a neutralidade, a integridade, a plenitude, a homogeneidade e a substância sob a forma. Neste contexto, a fiabilidade pressupõe que as informações devam privilegiar os aspectos económicos que são os que efectivamente estão na sua origem. Os factos patrimoniais não podem ser objecto de triagem, de preconceitos, podendo desembocar na preterição de uns em detrimento de outros consoante a sua natureza ou os usuários aos quais eles possam interessar. De igual modo, estes factos devem ser relatados de forma plena, ou seja, devem evidenciar todos os elementos que os integram, tratados de forma homogénea para não induzir os usuários em erros.

Jonas e Blanchet (2000) definem a fiabilidade como a característica da precisão, da capacidade de quantificar e medir. Estes estudiosos veem a fiabilidade através de dois prismas: (1) a plenitude que pressupõe a abrangência, o equilíbrio, a inclusividade e a transparência do relato financeiro, e (2) a substância que se prende com a natureza económica das operações.

Em guisa de conclusão, importante é de referir que um equilíbrio deve ser encontrado quando se trata das CQ. Certas situações, ou certos utentes, exigirão a observância de umas CQ em detrimento de outras, ou seja, modelos de hierarquização das CQ podem ser propostos consoante os objectivos que se pretende alcançar (Freitas, 2009).

2.2.2 As condicionantes da qualidade da informação financeira

A qualidade da informação financeira não é um fenómeno isolado. A empresa é um entrelaçado de funções, de condicionantes e envolventes que se influenciam. Daí que um processo recíproco de influência se constitui criando correlações positivas ou negativas. Neste particular, serão analisados o papel da normalização contabilística sobre a qualidade da informação financeira e a interligação desta com certas condicionantes das empresas.

2.2.2.1 A normalização contabilística

O impacto da normalização contabilística na qualidade da informação financeira já foi e continua a constituir o foco de várias investigações científicas. Os múltiplos escândalos financeiros que abalaram a confiança dos investidores nos mercados financeiros provocaram, nas últimas décadas, uma onda de regulamentações internacionais no intuito de aumentar a fiabilidade da informação financeira publicada pelas empresas (Afes, 2013). A título de exemplo, em 2005 a União Europeia exigiu a aplicação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), às empresas cotadas nos Estados membros na elaboração das suas demonstrações financeiras consolidadas (Reis, 2012; Afes, 2013; Zogning, 2013; Silva, 2014).

A harmonização das normas contabilísticas tem como pressuposto facilitar a comparação entre as demonstrações financeiras, aumentar a sua qualidade e pertinência para os mercados e reduzir os custos das transacções e promover o investimento internacional (Zogning, 2013). O cerne da questão é de saber se de facto a adopção de normas internacionais aumenta a qualidade da informação financeira, ou seja, se, como se questionam Lenormand e Touchais (2009), com estas normas as informações implicitamente incorporadas no valor do mercado estão melhor representadas e podem ser utilizadas e valorizadas pelos investidores.

A literatura põe em evidência uma ausência de consenso quanto aos benefícios da mudança das normas nacionais para as normas internacionais. Segundo Afes (2013) as normas internacionais são externas aos países e às empresas. Esta exogeneidade, que não permite tomar em consideração as características das empresas nem tão pouco a sua envolvente, fez com que as informações financeiras das empresas fossem modificadas, diminuindo a sua qualidade. A questão da exogeneidade pode de facto se colocar, em maior ou menor grau, se a adopção das normas for um processo voluntário ou obrigatório. A distinção entre os resultados obtidos por empresas que adoptaram voluntariamente as IFRS e as que foram obrigadas é realçada pelos investigadores atendendo que o impacto não é o mesmo (Silva, 2014).

Paananen (2008) através de um estudo realizado na Suécia, com empresas listadas no mercado sueco entre 2003 a 2006, constatou que a adopção das normas internacionais diminuiu a qualidade dos relatórios financeiros. Alega que ao nível da Europa a utilização das IFRS foi avassaladora para muitas empresas e nem por isso o mercado de capitais europeus tenha-se tornado mais eficiente. Esta mesma autora, num estudo realizado em parceria com um outro autor (Paananen e Li, 2008), tendo desta feita como objecto as empresas alemãs, no período compreendido entre 2003-2004 e 2005-2006, chegou à mesma conclusão.

No sentido oposto, Lenormand e Touchais (2009) concluíram que em França, sem que se tenha constado mudanças ao nível da realidade económica, as IFRS se traduziram num aumento substancial dos lucros e da rentabilidade económica das empresas, bem como dos capitais próprios, embora estes numa escala muito menor.

Adicionalmente Barth *et al.* (2008) são de opinião que as empresas que aplicam as normas internacionais, *International accounting standard* (IAS) têm maior qualidade financeira do que as empresas que não as adoptaram. Acrescentam que a qualidade financeira apresenta melhorias depois que as empresas adotam voluntariamente as IAS.

Daske e Gebhardt (2006) num estudo sobre empresas alemãs, austríacas e suíças, concluíram, também, que a qualidade da informação divulgada melhorou significativamente, quer para aquelas que adoptaram as normas voluntariamente, quer para as outras.

A estas conclusões sobre o efeito benéfico das IFRS sobre a qualidade da informação contabilística e financeira, vem-se juntar a da Chen *et al.* (2010), que num estudo realizado com dados de empresas cotadas em bolsa oriundas de 15 países da EU, entre 2000 e 2007, alegam ter encontrado evidências de melhorias da qualidade da informação contabilística e financeira, na medida em que há menos manipulação dos resultados e menor amplitude dos *accruals* discricionários. Entretanto são de opinião que as empresas praticam mais alisamento dos lucros e que o reconhecimento das perdas é menos oportuna, contrariando neste último aspecto Latridis (2010) que, num estudo a partir de empresas listadas na London Stock Exchange, conclui que as IFRS favorecem o reconhecimento atempado das perdas.

2.2.2.2 As condicionantes empresariais

Diversos estudos debruçaram-se sobre a relação entre a qualidade da informação financeira e outras condicionantes das empresas.

É o caso da relação entre o endividamento e a qualidade da informação financeira. Martins (2007) investigou esta relação e verificou que ela não é linear na medida em que a dependência das empresas à banca como fonte de financiamento tem efeito positivo sobre a qualidade da informação financeira quando o nível de endividamento é baixo, e negativo quando elevado. Face a este resultado, o autor introduziu como variável a situação financeira, medida pela liquidez, e verificou que empresas com melhor situação financeira, embora apresentando um forte grau de dependência, tendencialmente a sua qualidade da informação financeira é maior que aquelas cuja situação é menos boa. O autor explica tal resultado pela intensão das empresas com dificuldades financeiras de esconderem a sua verdadeira situação, isto é, de manipular a informação financeira no sentido de conservarem as oportunidades de continuar a obter créditos, e, sobretudo, em condições mais favoráveis. O mesmo já não acontece com aquelas capazes de gerar fluxos de caixa cujo interesse é, naturalmente, de aumentar a qualidade da informação pelas mesmas razões.

Na mesma linha, Van Campenhout e Van Caneghem (2009), num estudo sobre a qualidade da informação financeira e a estrutura financeira das PME belgas, demonstraram que a qualidade da informação está positivamente relacionada com a alavancagem dessas empresas. A baixa qualidade impede as PME de acederem a fundos externos e tende a aumentar o custo do financiamento externo.

Gonçalves (2014) estendeu a sua pesquisa a outros factores. Estudou a qualidade da informação financeira através da imparidade de activos e verificou que factores como a dimensão da empresa, o endividamento, a rentabilidade e os impostos, podem influenciar a

qualidade da informação financeira. Conclui que empresas com menor dimensão, maior endividamento, maior rendibilidade e maior nível de imposto tendem a manipular resultados através das imparidades de ativos fixos tangíveis e imparidade de clientes pondo em causa a qualidade da informação financeira.

Outra relação testada pelos investidores é a que decorre do investimento. Leuz e Verrecchia (2005) relacionam a qualidade da informação financeira e as decisões de investimento, mais concretamente no que concerne o custo do capital, sendo este medido pela taxa de retorno com a qual os investidores descontam os fluxos de caixa esperados. Defendem que os gestores das empresas que querem investir seleccionam projectos que maximizam o valor do mercado. Ora, como o valor do mercado é refletido nos relatórios das empresas, quanto maior for a sua qualidade, melhor será a percepção dos fluxos de caixa esperados, facilitando, assim, a alocação do capital. Acrescentam que a eficiência do investimento é influenciada pelo aumento da qualidade da informação financeira, na medida em que esta permite um aumento dos fluxos de caixa sem que haja um aumento proporcional do custo do capital. Enquanto Cohen (2006) é de opinião que a qualidade da informação financeira não implica necessariamente uma diminuição do custo do capital. Alega que outras características das empresas influenciam positivamente a qualidade dos relatórios e concorrem de forma concomitante para a diminuição dos custos. Logo a associação entre os dois fenómenos, não é directa. Já Biddle *et al.* (2009) julgam que a eficiência do investimento é aumentada pela qualidade da informação financeira, porque esta diminui a assimetria da informação responsável pela selecção adversa. Concluíram que nas empresas com boa situação financeira e pouco endividadas a qualidade da informação financeira conduz a um menor investimento, enquanto que o investimento é maior quando se trata de empresas mais endividadas e menos ricas.

Cascino, Pugliese e Mussolino (2010) estudaram a qualidade dos relatórios financeiros das empresas familiares italianas listadas no mercado de valores entre 1998 e 2004, sendo que o carácter familiar é apreendido pela forte concentração da propriedade. Constataram que existe uma influência positiva da propriedade familiar sobre a qualidade da informação financeira, na medida em que esta estrutura de capital é menos propensa aos jogos de interesses por parte dos gestores, potencializa a transparência e está fortemente correlacionada com a alavancagem. Daí que os ganhos são de qualidade superior face às empresas não familiares.

A qualidade da informação financeira também foi testada tendo em consideração a envolvente normativa e deontológica às quais as empresas estão sujeitas. Byard *et al.* (2006) constataram que a qualidade das informações aumenta com a qualidade do sistema de regras, códigos de conduta e controlo, a estrutura do poder de decisão, através dos quais se regem as empresas, ou seja, a sua governança corporativa. A qualidade da informação foi por eles

avaliada tendo em conta a precisão da previsão dos ganhos futuros pelos analistas financeiros. Por outro lado, a governança corporativa teve como *proxy* a independência do conselho de administração, do comité de auditoria, a dimensão do conselho e a presença de um CEO que é igualmente presidente do conselho de administração. Verificaram, assim, que a previsão está positivamente correlacionada com a independência do conselho de administração e negativamente com as duplas funções do CEO e com a dimensão do conselho. Quanto à independência do comité de auditoria, parece ser irrelevante. Estes resultados entendem-se pelo facto de a governança permitir uma maior transparência das informações e diminuir a probabilidade de fraudes nas demonstrações financeiras.

Hodge (2003) quis conhecer a percepção dos investidores no que toca à qualidade da informação financeira face à ideia de uma diminuição da independência dos auditores. Concluiu que existe uma interligação entre estes dois aspectos que culminam numa apreciação negativa de ambos. Existe a ideia que a qualidade dos ganhos diminui, na medida em que se julga haver uma diminuição da independência dos auditores, sendo esta a razão pela qual a informação, apesar de auditada, é considerada menos confiável pelos investidores. Este sentimento cria desconfiança na informação auditada, suscitando maior atenção e análise destas informações que pode desembocar em subavaliações da situação patrimonial e da capacidade de gerar lucros.

A revisão da literatura permitiu constatar a riqueza da temática da informação financeira e a sua qualidade, pelas várias vertentes através das quais a questão pode ser explorada e estudada. A informação financeira é a informação divulgada através das demonstrações financeiras com vista a apoiar o processo de tomada de decisões de carácter económico por parte dos seus utentes. Se conceptualmente existem definições claras e precisas para a informação financeira, no que tange à sua qualidade o mesmo já não acontece. É notório que não existe um consenso relativamente à definição do conceito de qualidade da informação financeira e que a qualidade passa, muitas vezes, por referência à utilidade da informação financeira no processo de tomada de decisão e as formas de medição.

No quadro abaixo são retratados os principais estudos que constituíram a base da literatura analisada sobre a qualidade da informação financeira e os objectivos que os nortearam:

Quadro 1: Estudos sobre a qualidade da informação financeira

Autores	Ano	País	Tipo de estudo	Objectivos
Jonas e Blanchet	2000	USA	Artigo	Avaliar a qualidade do relatório financeiro
Hodge	2003	USA	Artigo	Investigar se as crenças dos investidores não-profissionais refletem as preocupações da <i>Securities and Exchange Commission</i> (SEC) de que a qualidade dos resultados e a independência do auditor diminuíram ao longo do tempo
Leuz e Verrecchia	2005	USA	Artigo	Estabelecer a ligação entre a qualidade da informação financeira, as decisões de investimento e o custo de capital
Cohen	2006	UK	Dissertação	Investigar os determinantes e as consequências económicas da qualidade dos relatórios financeiros
Byard, Li e Weintrop	2006	USA	Artigo	Examinar a associação entre a governança corporativa e a qualidade das informações disponíveis para analistas financeiros
Daske e Gebhardt	2006	Austrália	Artigo	Avaliar a qualidade das demonstrações financeiras das empresas austríacas, alemãs e suíças que adoptaram as normas internacionais
Martins	2007	Portugal	Dissertação	Investigar a existência e o sentido de uma relação entre a qualidade da informação financeira e o crédito bancário
Paananen	2008	Suécia	Artigo	Examinar se a qualidade da informação financeira aumentou na Suécia após a adopção das IFRS em 2005
Lenormand e Touchais	2009	França	Artigo	Comparar a relevância da informação financeira obtida através das normas francesas e as IFRS, na perspectiva dos investidores, e averiguar assim a superioridade das normas internacionais
Biddle, Hilary e Verdi	2009	USA	Artigo	Avaliar em que medida a qualidade da informação financeira está relacionada com a eficiência do investimento
Van Campenhout e Van Caneghem	2009	Bélgica	Artigo	Testar o impacto da quantidade e qualidade da informação financeira na estrutura financeira das PME belgas
Van Beest, Braam e Boelens	2009	Holanda	Artigo	Medir a qualidade da informação financeira através das características qualitativas
Casta e Stolowy	2012	França	Artigo	Apresentar uma síntese da literatura sobre a mensuração da qualidade da informação financeira
Silva, Sarmento e Duarte	2015	Portugal	Artigo	Avaliar a percepção dos preparadores da informação financeira em termos da relevância enquanto característica

Autores	Ano	País	Tipo de estudo	Objectivos
				qualitativa fundamental da informação financeira
Reis	2012	Portugal	Dissertação	Analisar a influência da adopção obrigatória das normas internacionais IAS/IFRS na UE sobre a qualidade da informação financeira
Afes	2013	Canadá	Tese	Analisar o impacto da normalização contabilística sobre a qualidade da informação financeira, face a outras componentes do sistema legal e institucional de um país
Zogning	2013	Canadá	Artigo	Saber si as IFRS é o garante de uma maior qualidade, sobretudo no que toca a relevância e a fiabilidade.
Gonçalves	2014	Portugal	Dissertação	Averiguar se a qualidade da informação financeira é colocada em causa por via das imparidades de ativos e determinar os factores que influenciam esta qualidade
Nobles e Stadler	2014	UK	Artigo	Investigar o papel das características qualitativas da informação financeira nas decisões dos gestores
Silva	2014	Portugal	Dissertação	Analisar o impacto da alteração do POC para o SNC na qualidade da informação
Rahmani e Jabari	2015	Irão	Artigo	Investigar os efeitos das características qualitativas sobre a utilidade do relato financeiro

3. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo consagrado à metodologia, aborda-se o tipo da pesquisa, os objectivos do estudo, a recolha de dados, a população e a amostra, o trabalho de campo, bem como técnicas de tratamento e análise de dados.

De forma a dar resposta aos objectivos de investigação recorreu-se a uma abordagem qualitativa e quantitativa.

3.1. Objectivos

Pretende-se com este trabalho responder à seguinte questão de investigação: Em que medida a informação financeira das médias e grandes empresas santomenses assume a relevância como característica da qualidade da informação financeira?

Assim, o presente estudo tem como objectivo geral aferir se a informação financeira produzida e divulgada pelas médias e grandes empresas santomenses é efectivamente relevante e reputada de qualidade no seio das empresas e pelos credores. Para tal, objectivos mais específicos foram fixados permitindo obter outras perspectivas que concorrem para a compreensão da temática:

- Caracterizar as médias e grandes empresas santomenses;
- Avaliar a influência de factores como a preparação da informação financeira e o acesso ao financiamento na qualidade da informação financeira;
- Identificar os efectivos utilizadores da informação financeira;
- Conhecer a percepção dos credores e dos responsáveis pela produção da informação financeira acerca da qualidade da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses, bem como possíveis relações entre esta e certas características das empresas.

3.2. Recolha dos Dados

O trabalho de recolha de dados foi guiado pelos objectivos do estudo e pelas abordagens de investigação em adequação ao mesmo, resultando numa dicotomia do processo de recolha.

Para a elaboração da revisão da literatura recorreu-se a fontes secundárias do tipo livros, artigos científicos, dissertações e teses, através das quais foram visitadas várias perspectivas em que a qualidade da informação financeira foi objecto de estudo, no sentido de se tomar contacto com os conhecimentos cristalizados nesta matéria, podendo, deste modo, constituir uma base de sustentação do trabalho. A revisão teve como intuito ajudar igualmente na conceptualização

do tema, razão pela qual se buscou, primeiramente, a compreensão sobre a temática da informação financeira, a sua base de produção e os seus utilizadores.

Para dar suporte ao trabalho empírico, recorreu-se à base de dados da Direcção dos Impostos e igualmente a estudos sobre temáticas ligadas ao tema da presente investigação sobre STP, como fontes secundárias.

Tendo como propósito atingir os objectivos da investigação, decidiu-se por abordagens de carácter quantitativo e qualitativo. Segundo Bento (2012) a dualidade de abordagens é amplamente aconselhada na literatura quando a sua complementaridade constitui uma mais-valia para o trabalho investigativo. Com efeito, sendo o objectivo do presente estudo aferir da qualidade da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses, qualidade esta entendida como a relevância/utilidade desta informação para os seus utilizadores, revelou-se apropriada uma demarche dupla abraçando a perspectiva tanto dos utilizadores internos como os externos às empresas.

Neste sentido, foi através de uma pesquisa quantitativa que se procedeu à análise desta temática do ponto de vista das empresas. Derivada da teoria positivista, esta metodologia sustenta a existência de uma realidade objectiva que pode ser traduzida em números, medidas e relações causais entre variáveis (Terense & Filho, 2006; Monzato & Santos, 2012).

De forma concomitante, a perspectiva externa da qualidade da informação financeira, vista a partir de um dos seus utilizadores, mais concretamente as instituições financeiras, assenta-se em métodos qualitativos. Bento (2012, p.1) entende que a abordagem qualitativa *“foca um modelo fenomenológico no qual a realidade é enraizada nas percepções dos sujeitos; o objectivo é compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de através de números”*.

Nessa conformidade, os dados primários foram recolhidos por meio de questionário e entrevistas semi-estruturadas, respectivamente.

A escolha do questionário deveu-se ao facto desta forma de recolha ser a mais indicada para inquirir um número considerável de indivíduos (Marconi & Lakatos, 2003; Baranãno, 2008). O questionário foi desenvolvido para aplicar às empresas e teve o propósito de recolher as características das médias e grandes empresas, de estabelecer relações entre estas características e a relevância que é atribuída à informação financeira, ver a influência de factores como a preparação da informação financeira e o acesso ao financiamento na qualidade da informação financeira, conhecer os efectivos utilizadores dessa informação e a percepção da sua qualidade no seio da empresa.

A sua elaboração teve como inspiração alguns questionários utilizados em trabalhos constantes da revisão da literatura, nomeadamente Rosa (2013) e Santos (2014).

Importa, todavia, acrescentar que o conhecimento da população-alvo influenciou de certo modo a estrutura do questionário. Um questionário muito longo e exigente em termos de resposta ou de tecnicidade seria amplamente rejeitado. Assim sendo, o questionário (anexo I) comporta três partes:

- (i) Identificação do inquirido com um total de 4 itens referentes aos dados pessoais do respondente: função desempenhada pelo inquirido (adaptado de Rosa, 2013; Santos, 2014), sexo, idade (adaptado de Santos, 2014) e nível académico (adaptado de Santos, 2014);
- (ii) Caracterização da empresa contendo 9 perguntas permitindo obter informações relativas à data de criação da empresa, ao volume de negócio (adaptado de Santos, 2014 e de acordo com a lei do enquadramento empresarial), ao número de colaboradores (adaptado de Santos, 2014 e de acordo com lei do enquadramento empresarial), ao sector de actividade (adaptado de Rosa, 2013; Santos, 2014), à forma jurídica (Rosa, 2013), à gerência (adaptado de Rosa, 2013) e às fontes de financiamento (adaptado de Rosa, 2013);
- (iii) Informação financeira: contendo 2 perguntas fechadas de resposta dicotómica, sendo a primeira com base no questionário de Santos (2014) e a segunda no de Rosa (2013) e 3 perguntas fechadas de resposta múltipla para estimação ou avaliação permitindo, desta forma, emitir opiniões com vários graus de intensidade (Marconi e Lakatos, 2003), através de uma escala de Likert de 5 pontos, passíveis de fornecer informação relevante para os objectivos do estudo. A questão acerca da importância da informação financeira foi adaptada a partir de Rosa (2013) e Santos (2014). E a referente à importância que as entidades dão à informação financeira foi adaptada de Santos (2014).

O pré-teste ao questionário foi realizado junto de três empresários, sendo que as reacções obtidas conduziram à alteração da variável idade em que se optou por apresentar a questão com escalões etários, ao invés de solicitação de valores nominais considerados constrangedores. Igualmente, a variável nível académico passou a comportar respostas possíveis o que não era o caso anteriormente.

Como resultado da dualidade de métodos adoptados, recorreu-se, por outro lado, à realização de entrevistas semi-estruturadas aos responsáveis dos serviços de concessão de créditos das instituições financeiras (anexo II). Revelou-se pertinente seguir uma entrevista semi-estruturada que se consubstancia num *“guião com um conjunto de perguntas ou tópicos”*

(Sousa & Batista, 2011, p.80), onde predominam questões abertas, para as quais o entrevistado detém alguma liberdade de resposta. Com efeito, a entrevista é um dos métodos de recolha de dados mais utilizados em pesquisas qualitativas, através do qual o pesquisador pretende obter informações na fala dos entrevistados (Minayo *et al.*, 2002). Estes autores chamam a atenção para o facto de não se tratar de uma conversa “despretensiosa e neutra” na medida em que se trata de um meio de coleta de factos vivenciados pelo entrevistado e que estão sendo objecto de estudo.

Com estas entrevistas pretende-se obter a percepção das instituições financeiras sobre a qualidade da informação financeira, avaliada a partir da sua relevância no processo de concessão de crédito. Mais concretamente, trata-se de averiguar, através das respostas às questões formuladas, como é que a informação financeira satisfaz as necessidades destas entidades no processo de decisão relativamente à avaliação do risco e a concessão de empréstimos.

3.3. A população e a amostra

A população objecto do estudo através da recolha de dados via o questionário é composta pelas médias e grandes empresas santomenses. A aferição da qualidade de média e grande empresa repousa-se nas definições e classificações consagradas na lei do enquadramento empresarial (Lei nº11/2005). De acordo com este diploma, são consideradas médias empresas todas as unidades de exploração económica que empregam entre 12 e 30 trabalhadores e que têm um volume de negócios que varia entre 900 mil dobras⁷ e 2,25 milhões de dobras. As grandes são as que têm mais do que 30 trabalhadores e apresentam um volume de negócios superior ao limite superior das médias empresas, ou seja, superior a 2,25 milhões de dobras. Como é óbvio, ficam excluídas do estudo as instituições financeiras, pois, um dos aspectos cruciais da investigação é a relação entre as médias e grandes empresas e os bancos enquanto fornecedores de crédito. Também se decidiu pela não inclusão no estudo das quatro empresas públicas do país, porque se entende que o processo de decisão concernente à gestão, ao acesso ao financiamento e ao investimento podem obedecer a factores outros, não necessariamente presentes nas empresas privadas. A título de exemplo, tem-se o facto de o Estado servir de avalista nas contracções de crédito, o que é manifestamente uma mais-valia para estas empresas.

⁷ Câmbio: EUR/Dobras =24,5. O limite mínimo do VN das médias e grandes empresas é respectivamente de 36.734,69 Euros e 91.836,73.

Apesar da existência dessas classificações, constata-se que estas, e os critérios que as definem, são pouco conhecidos tanto no meio empresarial como nas instituições envolvidas com as empresas no âmbito das suas competências, o que dificulta a aferição do universo deste estudo e, conseqüentemente, a definição da amostra.

Dados sobre as empresas são geralmente produzidos e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE). Contudo, o INE de São Tomé e Príncipe, desde 2007, não tem elaborado inquéritos às empresas. Segundo os dados do último inquérito anual às empresas, encontravam-se em actividade 1359 empresas, sendo 480 grandes e 879 pequenas. O critério utilizado para a classificação das empresas entre grandes e pequenas foi o volume de negócio de 100 mil dobras, distanciando-se do previsto na lei.

No sentido de paliar o carácter caduco destas informações, era imperioso socorrer-se de outras fontes onde os dados refletissem melhor a realidade actual, tendo-se optado pela Direcção dos Impostos, pese embora nesta instituição não ser igualmente utilizada a classificação constante da lei supramencionada, prevalecendo critérios próprios, sobretudo os previstos na lei 17/2009, Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas que distinguem dois grupos de empresas (o Grupo 1 e o Grupo 2) e onde o volume de negócio também aparece como o mais importante. Deste modo, pertencem ao grupo 1 empresas cujo volume de negócio é superior a 500 mil dobras e ao grupo 2 as que não cumprem com este requisito.

A pertinência desta fonte reside na possibilidade de, perante a dificuldade de se obter o universo das médias e grandes empresas de forma primária e pré-estabelecida, se enveredar pela construção da população deste estudo, designada por Baranãno (2008) de população inquirida⁸. Assim, numa primeira fase, foram seleccionadas, no registo de declarações de rendimentos das empresas, trezentas e cinco (305) empresas comportando um volume de negócio superior a 900 mil dobras que é o limite mínimo das médias empresas.

Posteriormente, numa segunda fase, o exercício consistiu em incluir o número de trabalhadores, enquanto segundo critério de classificação das empresas. A ideia inicial foi efectivamente de aplicar o inquérito a um maior número possível dessas unidades pré-seleccionadas para em seguida expurgar as empresas com menos de 12 trabalhadores. Ora, esta

⁸ Baranãno (2008) define a população inquirida como a que está intimamente relacionada com a população do estudo, quando é impossível conhecer o universo. Esta população é, em princípio, mais pequena que a população total. No caso em apreço, poderão não figurar na população empresas com as características exigidas por serem incumpridoras desta obrigação fiscal ou pelo facto dos dados concernentes ao seu volume de negócio não terem sido eventualmente registados no sistema informático de gestão das declarações, que digamos de passagem, são todas em suporte papel. Para reduzir este risco utilizou-se dados dos três últimos anos.

empreitada revelou-se complicada, pelo que, de forma pragmática, se recorreu a outros meios, como telefonemas às empresas, inquirindo previamente e apenas sobre o número de colaboradores, bem como o conhecimento pessoal do tecido empresarial. Como resultado, obteve-se uma amostra inicial de 83 empresas que se acredita ser muito próxima da população total e cuja distribuição por sector é a seguinte:

Tabela 1. Sector de actividade da amostra inicial

Sector de actividade	Nº empresas	%
Agricultura	7	8,4%
Comércio	30	36,1%
Serviços	14	17,0%
Turismo e Hotelaria	8	9,6%
Indústria e Construção Civil	16	19,3%
Comércio e Serviços	6	7,2%
Outras	2	2,4%
Total	83	100%

A selecção das empresas propriamente dita baseou-se no método de amostragem não aleatória por conveniência (Sousa & Batista, 2011), na medida em que se achou por bem inquirir o maior número de empresas possível tendo em conta factores como a localização, canais de acesso aos responsáveis da empresa, entre outros, mantendo no entanto presente a necessidade de assegurar a diversidade em termos de sector de actividade.

No que diz respeito às entrevistas semi-estruturadas e tendo em conta que apenas existem cinco bancos no mercado financeiro santomense, fixou-se como objectivo o universo total, no entanto, somente três instituições responderam positivamente ao pedido.

3.4. Trabalho de Campo

Dada à dificuldade na recolha de dados pela via do questionário e no sentido de maximizar o número de respostas, os questionários foram preenchidos pelo respondente e até mesmo pelo entrevistador, contrariando, em certa medida, Marconi e Lakatos (2003, p.201) quando afirmam que o *“questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”*. Com efeito, não sendo possível uma distribuição pelos correios, a entrega porta a porta proporcionou oportunidades de contacto com os inquiridos as quais não se queria desperdiçar. Pautou-se, porém, em não influenciar as respostas dadas.

No total, foram preenchidos 25 questionários da amostra inicial prevista (83 empresas), o que representa pouco mais de 30%.

Relativamente às entrevistas, o guião da entrevista semi-estruturada foi enviado às instituições bancárias acompanhado de uma carta de solicitação de entrevista (anexo III). As entrevistas duraram cerca de 30 minutos e foram efectuadas pela própria no espaço físico das instituições. Os entrevistados, após o fornecimento de informações pessoais e profissionais, foram levados a responder às 12 questões tendentes a obtenção do conhecimento do objecto do estudo.

3.5. Técnicas de tratamento e análise dos dados

À semelhança do trabalho de recolha de dados, o seu tratamento foi orientado pelos dois métodos escolhidos de colheita, a saber, o questionário e a entrevista.

No que se refere aos **dados obtidos por via do questionário** o primeiro passo consistiu na numeração dos questionários e na codificação das respostas. A codificação é um procedimento visando atribuir identificadores (código, número ou letra) a cada categoria de dados, facilitando a sua contagem e a transformação de dados qualitativos em quantitativos que são mais fáceis de se representar (Monzato & Santos, 2012). Neste sentido, para além de nomes que foram atribuídos às variáveis, para algumas respostas foram criadas variáveis *dummies*, sendo atribuído “1” para os casos correspondentes e “0” para os restantes. Tendo sido feitas as últimas verificações e correcções, os dados assim transformados foram registados numa folha de Excel.

A análise propriamente dita versou sobre a análise descritiva que permite *organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos* (Reis & Reis, 2002, p. 5). Efectivamente, através desta análise procurou-se *descobrir, com precisão possível, a frequência com que um fenómeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características* (Monzato & Santos, 2012, p. 4). Neste sentido, foram efectuadas análises univariadas, ou seja, estatísticas de cada variável com vista a caracterizar as empresas e os respondentes, a conhecer os utilizadores da informação financeira, a ver a influência de factores como a preparação da informação financeira e o acesso ao financiamento na qualidade da informação financeira, bem como a obter a percepção da qualidade da informação financeira no seio da empresa. Mediante análises bivariadas foram cruzados alguns elementos característicos dos respondentes e das empresas e a importância da informação financeira. Para tal, se recorreu ao *software* de análise estatística SPSS versão 22, mormente a funcionalidade *crosstab*.

A apresentação dos dados foi feita através de tabelas de frequência relativas e absolutas, assim como de gráficos.

Relativamente às **entrevistas realizadas**, o tratamento das informações recolhidas obedeceu à técnica de análise do conteúdo, definida por Silva e Fossá (2015, p.3) *“como um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, que se presta a analisar diferentes fontes de conteúdos (verbais ou não verbais)”*.

A análise efectuada teve como fio condutor as fases de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados, como propostas por Minayo *et al.* (2002) e Silva e Fossá (2015).

Segundo estes investigadores a fase de pré-análise consiste na leitura exhaustiva do material recolhido, na organização e definição dos trechos significativos, categorias e indicadores. A segunda fase, a de exploração do material, permite a codificação e a agregação das informações em categorias ou temas. Por último, a fase de interpretação dos resultados consiste em apreender os conteúdos “manifestos e latentes” nas entrevistas.

Nesta perspectiva, tendo transcrito de forma mais organizada as três entrevistas, procedeu-se à leitura exhaustiva destes registos no intuito de se identificarem expressões e ideias comuns passíveis de serem agregados em temas relevantes para os objectivos aos quais o estudo se propôs.

Em ambas as técnicas, pautou-se, de forma sistemática, por fazer aproximações dos resultados obtidos com o referencial teórico consubstanciado nas investigações constantes da revisão da literatura, evidenciando tanto os casos divergentes como os que se inscreviam na continuidade e na concordância.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Constitui o propósito deste capítulo, apresentar e estudar as respostas obtidas através dos dois métodos de recolhas de dados escolhidos, e já várias vezes aqui referenciados, no intuito de se atingir os objectivos preconizados na investigação. É com agrado que se verificou raras ausências de respostas nos questionários, as quais se reportam ao seguinte: uma relativa ao género; ao número de sócios; e, a dispensa da contabilidade; e, duas referentes ao volume de negócio e aos anos da empresa. A insignificância destes *missing values* é manifestamente elevada (0,4%).

Aos resultados obtidos se associará algumas constatações de estudos constantes da revisão da literatura, bem como estudos e conhecimentos sobre a realidade santomense numa tentativa de aprofundar a análise e a discussão dos resultados.

4.1. Análise dos questionários

As estatísticas descritivas tiveram como *inputs* as diferentes variáveis do estudo geradas pelas 25 respostas obtidas através do questionário submetido às empresas. Assim, análises univariadas permitirão:

- Caracterizar as médias e grandes empresas inquiridas, bem como os seus respondentes;
- Identificar os principais utilizadores da informação financeira;
- Verificar a influência da preparação da informação financeira e o acesso ao financiamento (fontes de financiamento) na qualidade da informação financeira;
- Conhecer a percepção da qualidade da informação financeira no seio da empresa.

Por outro lado, análises bivariadas serão efectuadas no sentido de se aferir a existência de relações entre certos elementos característicos dos respondentes e das empresas e a importância que é atribuída à informação financeira.

4.1.1 Caracterização das empresas e respondentes

4.1.1.1 Os respondentes

Foram definidas quatro variáveis para obter a caracterização das pessoas que preencheram o questionário: a função exercida, o género, a idade e o nível académico.

❖ Função exercida

No que tange à função exercida por aqueles que responderam ao inquérito, constata-se que, no total das 25 empresas inquiridas, 15 destas pessoas são administradores/gerentes, 9 são responsáveis financeiros e uma é representante do gerente (tabela 2).

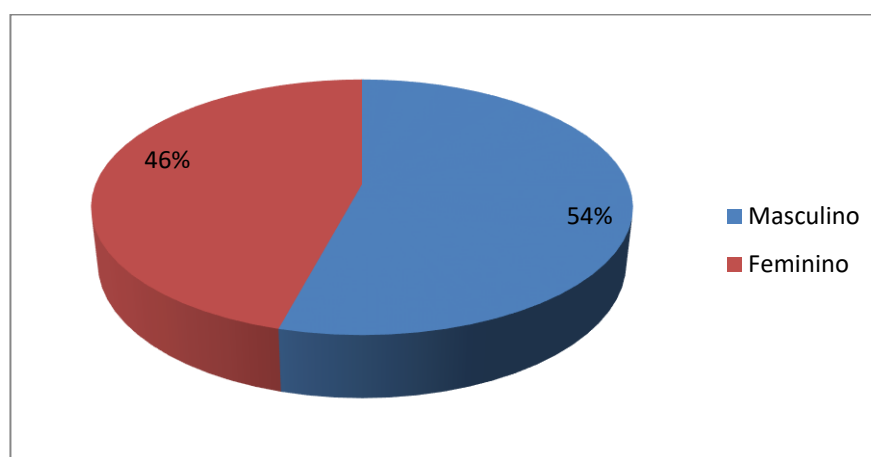
Tabela 2. Função dos respondentes na empresa

Função	Freq. absoluta	Freq. Relativa
Administrador/Gerente	15	60%
Responsável financeiro	9	36%
Representante do gerente	1	4%
Total	25	100%

❖ Género

De acordo com o gráfico infra, verifica-se que, nas empresas inquiridas, os que preencheram o questionário são predominantemente do género masculino (54%), pese embora não existir uma diferença esmagadora em relação ao género oposto, porquanto apenas dois indivíduos separam estes dois grupos, isto é 13 contra 11. Um dos inquiridos não respondeu à questão.

Figura 1. Género dos respondentes



❖ Idade

Afigura-se que 48% dos indivíduos possuem uma idade inferior a 40 anos, enquanto que os de mais de 40 anos representam 52%. De realçar igualmente que a faixa etária maioritária é a

de 30-39 anos (32%) seguida dos de 40-49 anos (28%). Os respondentes com mais de 50 anos representam 24% e, por último, os mais jovens, com menos de 29 anos, são representativos em apenas 16% (tabela 3).

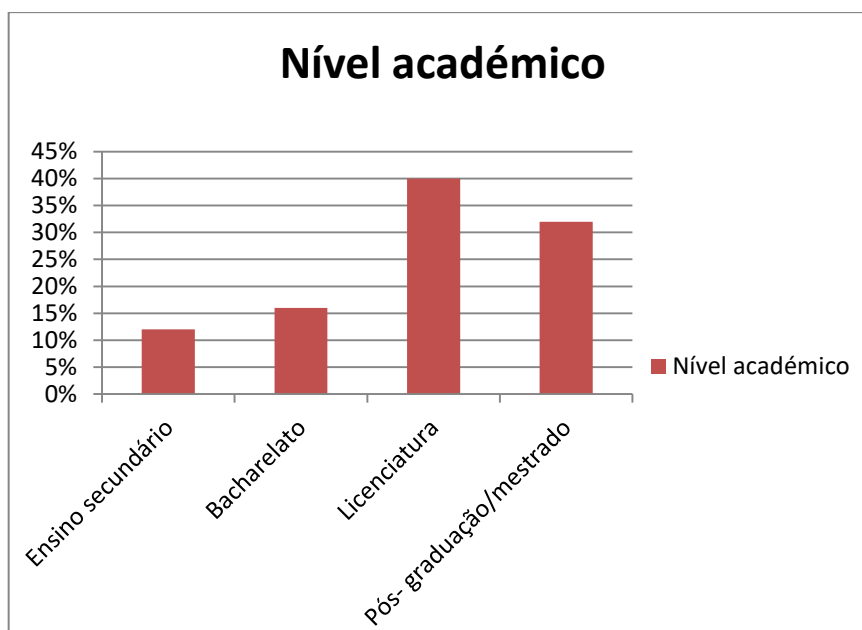
Tabela 3. Idade dos respondentes

Idade	Freq. absoluta	Freq. Relativa
<29 anos	4	16%
30 – 39 anos	8	32%
40 – 49 anos	7	28%
> 50 anos	6	28%
Total	25	100%

❖ **Nível académico**

O nível académico dos inquiridos é bastante elevado. O gráfico abaixo demonstra que 88% dos inquiridos frequentaram o ensino superior, dos quais, 40% têm um diploma de licenciatura, 32% de pós-graduação ou mestrado e 16% de bacharelato. O ensino secundário é representativo de 12 % dos respondentes.

Figura 2. Nível académico dos respondentes



Constata-se, assim, que o respondente tipo das empresas inquiridas é do sexo masculino com idade compreendida entre 30 e 39 anos, licenciado e ocupa as funções de gerente.

4.1.1.2 As empresas

A caracterização das empresas baseou-se em variáveis tais como: idade da empresa; volume de negócio; número de colaboradores; sector de actividade; e, forma jurídica.

❖ Idade da empresa

Os dados da tabela seguinte demonstram que 36% das entidades inquiridas estão no mercado há mais de 20 anos, 32% no mínimo há 5 e máximo 10 anos, 16% têm menos de 20 anos e mais do que 11 e, por último, 8% exercem actividade há menos de 5 anos. Pode-se também afirmar que estas empresas têm uma média de idade de 15,17 anos. As mais recentes têm 4 anos e a mais antiga tem 32 anos.

A aferição do carácter jovem ou idoso das empresas, depende muito da envolvente económica e social do país. Não havendo estatísticas nacionais sobre o tema, pouco se pode concluir. Pode-se avançar, no entanto, que, na presente amostra, as empresas com maior dimensão (mais de 50 milhões de dobras de volume de negócio) apresentam uma média de idade (16,5) superior à média geral.

Tabela 4. Idade das empresas

Idade	Freq.	Freq.
	Absoluta	Relativa
<5 anos	2	8%
5 – 10 anos	8	32%
11 - 20 anos	4	16%
>= 20 anos	9	36%
Missing value	2	8%
Total	25	100%

❖ Volume de negócios

Denota-se que 40% das entidades inquiridas possuem um volume de negócio superior a 50 milhões de dobras. Esta variável, para as restantes empresas, se situa nos intervalos entre 2,25 milhões e 10 milhões (32%) e entre 10 milhões e 50 milhões (20%). Considerando os limites mínimos e máximos deste indicador económico fixados na Lei 11/2005 para efeitos de classificação das empresas⁹, dir-se-ia que as entidades inquiridas, do ponto de vista deste

⁹ Como já referido são consideradas médias empresas todas as unidades de exploração económica que empregam entre 12 e 30 trabalhadores e que têm um volume de negócios que varia entre 900 mil

indicador, enquadram-se, na sua totalidade, dentro dos limites das grandes empresas (tabela 5).

Tabela 5. Volume de negócios

Volume de negócio (STD)	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
900.000 a 2.250.000	0	0%
2.250.000 a 10.000.000	8	32%
10.000.000 a 50.000.000	5	20%
>50.000.000	10	40%
Missing value	2	8%
Total	25	100%

❖ **Número de colaboradores**

Relativamente ao número de colaboradores, indicador este a par do volume de negócio para efeitos de aferição da dimensão da empresa, verifica-se que 64% das empresas têm mais do que 30 trabalhadores, das quais 44% possuem mais do que 50. Sendo assim, à luz dos elementos classificadores das médias e grandes empresas santomenses, é de se notar que quase 2/3 das empresas inquiridas têm características de grandes empresas (tabela 6).

Tabela 6. Número de colaboradores

Número de colaboradores	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
12 a 30	9	36%
30 a 50	5	20%
>50	10	44%
Total	25	100%

❖ **Sector de actividade**

Os resultados obtidos apontam para uma predominância das actividades comerciais (36%), seguidas pelas dos serviços (20%). O exercício da actividade de comércio combinada com a dos serviços é exercida por 12% das entidades inquiridas. Nota-se ainda que 4% destas empresas

dobras e 2,25 milhões de dobrs. As grandes são as que têm mais do que 30 trabalhadores e apresentam um volume de negócios superior ao limite superior das médias empresas, ou seja, superior a 2,25 milhões de dobrs.

pertencem ao sector do turismo e hotelaria e 8% operam em outros sectores de actividades (tabela 7).

Tabela 7. Sector de actividade

Sector de actividade	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Agricultura	1	4%
Comércio	9	36%
Serviços	5	20%
Turismo e Hotelaria	1	4%
Indústria e Construção Civil	4	16%
Comércio e Serviços	3	12%
Outras	2	8%
Total	25	100%

Verifica-se que esta amostra está em consonância com a amostra inicial de 83 empresas¹⁰. O último inquérito às empresas, datado de 2007 e elaborado pelo INE, evidencia igualmente o grande número de empresas nacionais no sector do comércio (63,4%) em detrimento dos demais sectores.

❖ **Forma jurídica**

No que se refere à forma jurídica das empresas inquiridas, os dados da tabela 8 indicam que 80% destas entidades são sociedades por quotas, 12 % são anónimas e as empresas individuais e as sociedades unipessoais representam cada uma 4% (Tabela 8).

Tabela 8. Forma jurídica

Forma jurídica	Freq. Absoluta	Freq. Relativa
Empresa individual	1	4%
Sociedade unipessoal	1	4%
Sociedade por quotas	20	80%
Sociedades anónimas	3	12%
Total	25	100%

¹⁰ Ver secção sobre a recolha de dados, pag. 44.

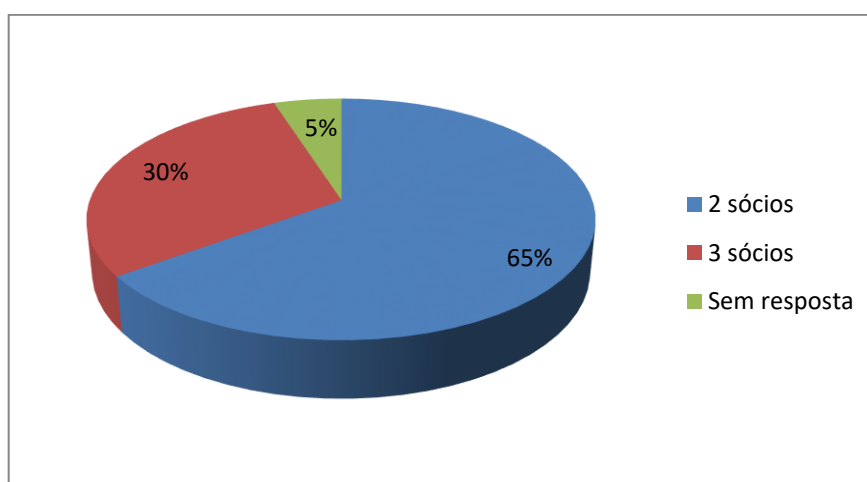
Importa aqui salientar que as sociedades unipessoais por quotas só se tornaram possíveis pela Lei 14/2009 de 31 de Dezembro de 2009, pelo que são relativamente mais recentes que as outras formas jurídicas.

Estes resultados convergem com os obtidos por Rosa (2013) quando analisou as PME portuguesas sob o prisma da forma jurídica, no âmbito de um estudo sobre a importância da informação financeira das PME, tendo apurado que 64% das empresas eram sociedades por quotas, 18% sociedades anónimas, 13% sociedades unipessoais e 5% eram empresas individuais.

❖ Número de sócios

No que se refere à composição das sociedades por quotas, espelhada na figura 3, é realçado o facto de estas comportarem, na sua maioria, 2 sócios (65%), contra uma minoria de sociedades de 3 sócios (30%). Se torna perceptível a ausência de resposta por parte de um dos inquiridos.

Figura 3. Número de sócios



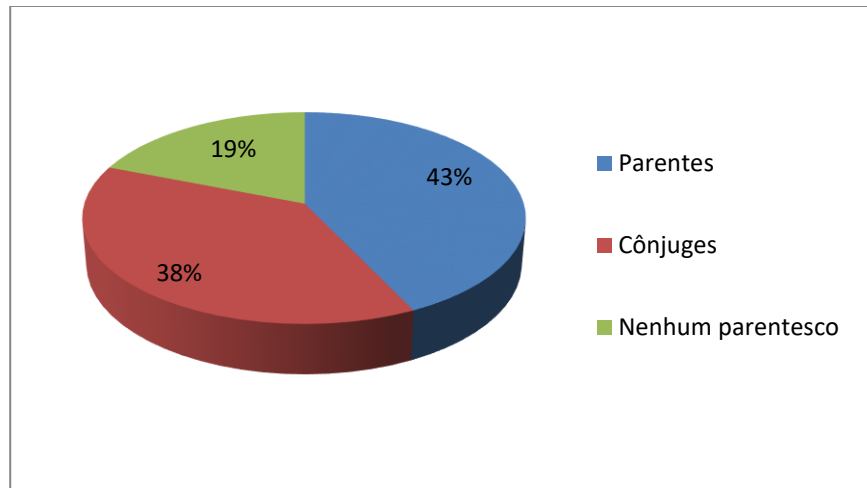
Estes resultados refletem uma forte concentração da propriedade num número de vezes restrito de indivíduos. Constituem, por um lado e numa perspectiva alargada, traços característicos das PME, corroborando com o já referido neste estudo sobre as médias e grandes empresas do microcosmo santomense face ao contexto internacional, mesmo ressalvando as proporções devidas. E por outro lado, caracterizam particularmente as empresas familiares.

De acordo com a literatura na matéria, as sociedades familiares nascem, na maioria das vezes, da vontade de empreender de uma pessoa (Rosa, 2013), ou seja, é o concretizar de um projecto pessoal do fundador (Lescura et al., 2012). No caso das empresas santomenses não seria leviano afirmar que elas se enquadram nesta visão.

❖ Grau de parentesco dos sócios

Quis-se igualmente aferir da relação familiar entre os sócios das sociedades por quotas.

Figura 4. Grau de parentesco dos sócios

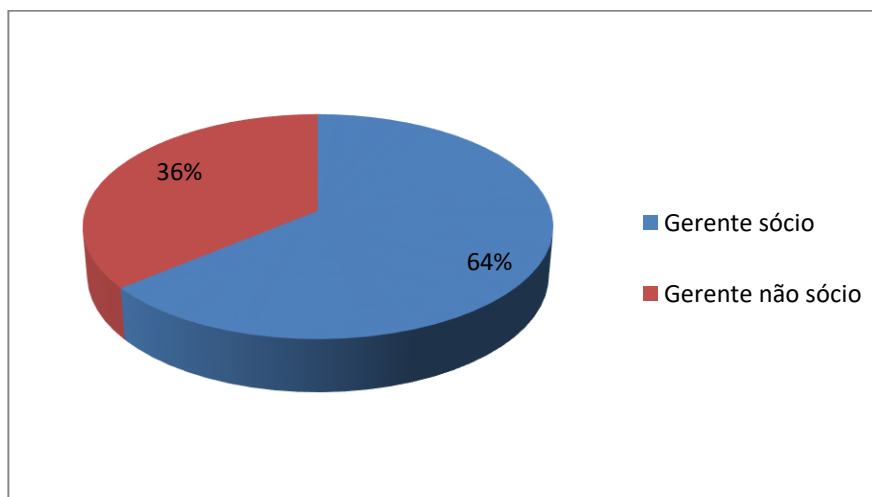


Assim, apurou-se através da figura supra que 81% dos sócios pertencem à mesma família, dos quais 38% são cônjuges. Apenas 19% dos sócios das empresas inquiridas não apresentam nenhuma relação de parentesco.

❖ Propriedade *versus* gestão

Relativamente a esta questão constata-se que aproximadamente 2/3 dos gerentes (64%) são igualmente proprietários das empresas e apenas 36% são gerentes independentes (figura 5).

Figura 5. Proporção de gerentes sócios



É possível, através deste resultado, concluir que a propriedade e a gestão se concentram, na maioria dos casos, nas mãos da mesma pessoa. Decorrente desta situação, existe um elevado risco de se produzir uma sorte de fusão entre a esfera pessoal e empresarial com implicações na fronteira entre o património empresarial e pessoal que se torna bastante ténua (Rosa, 2013).

Num exercício de definição do perfil da empresa inquirida, é possível afirmar que se trata de uma sociedade por quotas de dois sócios pertencentes a mesma família, um dos quais exerce, igualmente, as funções de gerente, revelando uma estrutura muito fechada com elevados níveis de concentração da propriedade e gestão. Em suma, está-se perante uma sociedade familiar, com mais do que trinta colaboradores, operando no sector do comércio e gerando um volume de negócios inferior a 2.250.000 de dobras e superior a 10.000.000 dobras.

Tais características, inerentes às sociedades familiares (sociedades maioritariamente por quotas, poucos sócios pertencentes à mesma família e exercendo funções de gestão), são apontadas pela literatura como, por um lado, sendo intrinsecamente inerentes às PME, e por outro, como não sendo muito propícias à divulgação e utilização da informação financeira (Rodrigues e Pires, 2011; Rosa, 2013; Santos, 2014).

Com efeito, Rodrigues e Pires são de opinião que a satisfação das necessidades destas empresas passa muito mais pelo conhecimento pessoal e directo do que pela informação financeira. Rosa (2013) afirma que as empresas não familiares atribuem mais importância e utilidade à informação financeira que as empresas familiares. Santos (2014) constatou que os gestores das PME atribuem maior importância às demonstrações financeiras quando existe separação da propriedade e da gestão. No sentido oposto, Cascino et al. (2010) constataram a existência de uma influência positiva da propriedade familiar sobre a qualidade da informação financeira, dada a quase ausência de jogos de interesses por parte dos gestores, factor potencializador da transparência da informação financeira e, conseqüentemente, de uma qualidade da informação financeira superior a das empresas não familiares.

4.1.2 A informação financeira e a sua qualidade

Nesta subsecção, são analisadas variáveis que concorrem para a aferição da qualidade da informação das empresas:

❖ Preparação da informação financeira

Relativamente à preparação da informação financeira, cujos alicerces se situam ao nível da contabilidade, é de constatar a sua feitura internamente por 64% das empresas e externamente para as restantes (figura 6).

Fica patente que é sobejamente reconhecida a necessidade da contabilidade enquanto instrumento de suporte da informação financeira (92%) que vai para além da formalidade legal exigida às empresas deste porte. Daí que igual número de empresas (92%) afirme que, mesmo havendo alterações legais no sentido da não obrigatoriedade da contabilidade organizada, estas empresas não dispensariam essa prática (figura 7). Curiosamente, as únicas respostas contrárias dadas para as duas questões foram formuladas por indivíduos, gestores, do género feminino.

Figura 6. Preparação da IF

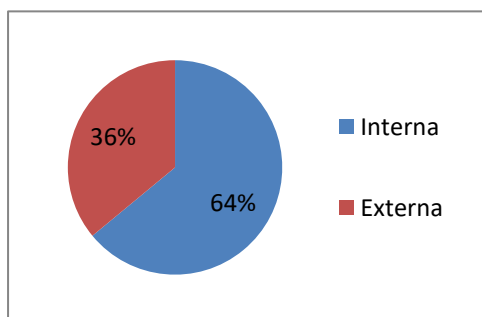
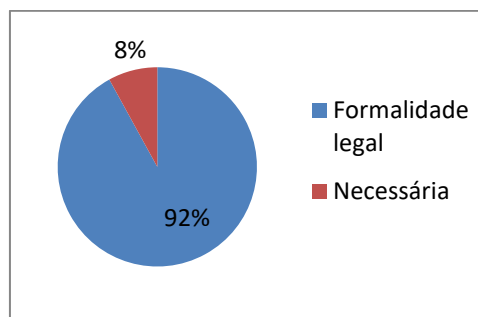


Figura 7. Percepção da contabilidade



Importante também é de realçar que a contabilidade em São Tomé e Príncipe segue as normas do Plano OCAM - Plano de Contas da Organização das Comunidades Africanas e Malgaxes, instituído pelo Decreto-Lei nº 16/94, já há muito abandonadas por todos os outros países africanos outrora integrados nesta comunidade, relegando-as actualmente ao estatuto de normas nacionais. Ora, apesar da ausência de um total consenso, muitos são os estudos que demonstraram que a harmonização contabilística, que passa pela adopção de normas internacionais, tende a aumentar a qualidade da informação financeira (Daske e Gebhardt, 2006; Barth et al., 2008; Lenormand e Touchais, 2009; Chen et al, 2010).

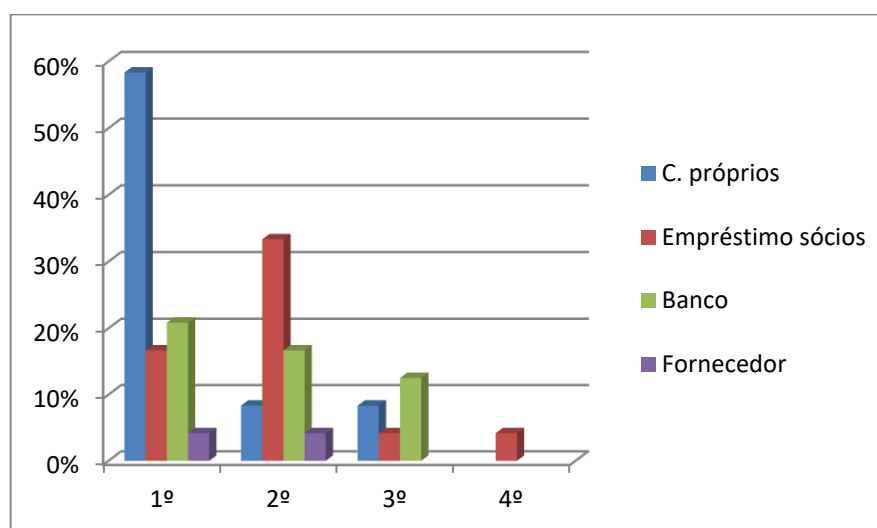
Realça-se que, num estudo desenvolvido por uma equipa do Banco Mundial (2014), é apontada a desactualização e a falta de clareza deste diploma legal, bem como o baixo nível de cumprimento das normas nele estabelecidas. Acresce ainda ser apontada a ausência de uma instituição com competências para monitorizar a conformidade das práticas contabilísticas com o plano OCAM. Até 2017 não existia uma ordem de técnicos oficiais de contas e o exercício da profissão de contabilista e revisores de contas só se tornava possível mediante a autorização do

Ministério das Finanças, com base num parecer da Direcção dos Impostos. Apesar de ter sido instituída a lei prevendo a criação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores, esta só pode tornar-se efectiva após a realização da primeira Assembleia Geral.

❖ Acesso ao financiamento

Há a destacar o facto que para 58% das empresas inquiridas, os fundos próprios constituem a sua principal fonte de financiamento. Longe, com apenas 21%, aparecem os bancos, seguidos de perto pelos empréstimos dos sócios (17%). Pode-se igualmente observar que em termos de segunda fonte surge em primeiro lugar os empréstimos dos sócios com 38% e só posteriormente os bancos representando 17% (figura 8).

Figura 8. Fontes de financiamento



Uma melhor leitura deste ordenamento das fontes de financiamento deixa crer que mais do que a metade das empresas recorrem primeiramente aos seus capitais próprios, aos empréstimos dos sócios seguidamente, e o financiamento bancário vem apenas como a terceira alternativa aos problemas de financiamento. Estes resultados se alinham aos obtidos por Rosa (2013) num estudo sobre a importância da informação financeira das PME, onde concluiu que as PME¹¹ portuguesas só recorrem à banca quando esgotadas as possibilidades de financiamento através de capitais próprios e outras fontes relativamente mais baratas - como os empréstimos dos sócios. Efectivamente as taxas praticadas pelas instituições financeiras, bem como as garantias exigidas são, geralmente, apontadas como sendo bastante dissuasoras ao

¹¹ É mais uma vez evidenciado o paradoxo ao qual se confronta neste estudo em termos de comparação com outros estudos. As empresas embora médias e grandes, pelas suas características se equiparam às PME.

acesso ao crédito bancário em São Tomé e Príncipe (Banco Africano de Desenvolvimento, 2012; Ceso Consulting, 2015; Banque Mundial, 2016).

Com efeito, no Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Sector Financeiro Santomense, elaborado pelo Banco Mundial em 2016, lê-se que as taxas médias de juros para empréstimos são altíssimas, sendo de 18,5% para empréstimos com garantia sobre bens móveis, 15,5% para bens imóveis e 26% para empréstimos sem garantia. Este quadro pouco favorável aos empresários encontra justificação por parte da banca no elevado nível da taxa de crédito mal parado. Em Dezembro de 2014 esta taxa se situava em 16,3% (BM, 2016).

Pese embora a posição das instituições financeiras no leque dos recursos financeiros possíveis, estas não deixam de constituir a primeira fonte de financiamento externa, na medida em que não foi assinalada nenhuma outra opção a não ser os fornecedores - apontados por duas entidades como sendo a primeira e a segunda fonte, respectivamente.

No cômputo geral estes resultados são, de certo modo, intrigantes. É evidenciado o recurso aos fundos próprios como opção primeira para suprir as necessidades de financiamento, contrariando sobremaneira o discurso comum dos empresários santomenses, segundo o qual, o sector privado está totalmente descapitalizado. Esta pseudo-convicção cristalizou-se tornando-se numa verdade inquestionável no seio da classe empresarial, governamental e da opinião pública, sendo assumida e veiculada em relatórios e estudos sobre o sector privado (exemplo Ceso Consulting, 2016).

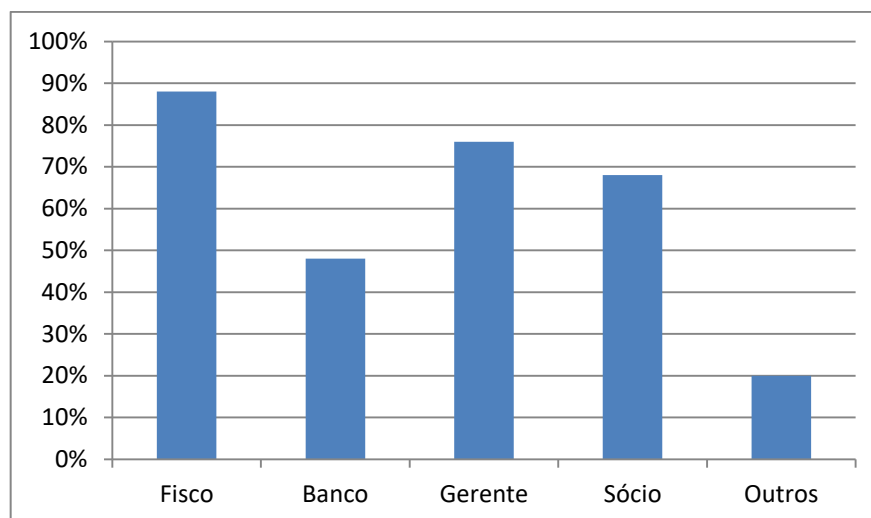
Ressalva feita ao risco de inferência dos resultados obtidos neste estudo, decorrente da reduzida dimensão da amostra, a presente investigação, ao se distanciar do universo geral das empresas santomenses, num exercício de afunilamento da população centrado nas médias e grandes empresas, vem trazer algumas *nuances* ao entendimento comum sobre as capacidades financeiras das empresas. Um estudo mais aprofundado sobre esta temática seria certamente uma mais-valia para o estado do conhecimento.

Por outro lado, analisando estes resultados sob o prisma da literatura abordada, verifica-se a ausência total ou parcial de dois elementos chaves que concorrem para a qualidade da informação financeira, a saber: a existência de fontes de financiamentos inerentes aos mercados de capitais; e, o recurso (em maior escala) ao crédito bancário. Estas duas fontes repousam-se na premissa de que a informação financeira de qualidade é aquela que é transparente, isenta de erros e confiável para o investidor e o credor, de modo a permitir a avaliação da situação económica e financeira não apenas para as decisões presentes, mas também para as futuras, na medida em que estas informações são portadoras de perspectivas futuras (Aaker e Jacobson, 1994).

❖ Destinatários da informação financeira

De acordo com a figura 9, o principal destinatário da informação financeira é a administração fiscal (fisco), plebiscitado por 88% das empresas em análise. Os gerentes e os sócios recolhem 76% e 68%, respectivamente. Ao surgir na quarta posição, com 48%, a banca vem confirmar a sua posição menos privilegiada no seio dos *stakeholders* das empresas inquiridas, contrariando a intuição inicial.

Figura 9: Os destinatários da informação financeira



Baseando na literatura, estes resultados apontam possibilidades de enquadramento em duas teses com efeitos antagónicos sobre a qualidade da informação financeira *versus* os seus utilizadores externos, cuja satisfação das expectativas constitui, segundo autores como Casta (2003) e Rodrigues e Pires (2011), a vocação primeira da informação financeira.

Por um lado, a tese defendida por autores como Jonas e Blanchet (2000) onde a utilidade da informação financeira é considerada maior quando satisfaz as necessidades de informação dos investidores/accionistas, porquanto, sendo estes detentores de capital de risco, ao satisfazer as suas necessidades se estaria a satisfazer forçosamente as dos demais utentes. Ora, estes utilizadores não estão presentes no leque dos destinatários da informação financeira das empresas santomenses como já referido, visto o estágio de desenvolvimento do país. De igual modo, os credores bancários que se alinham no mesmo registo de necessidades, assente na evidenciação de uma boa situação económica e financeira e na capacidade da empresa em gerar fluxos financeiros futuros, aparecem somente na quarta posição. Logo, cingindo-se apenas nos pressupostos desta teoria, existe uma grande propensão para que a informação financeira das médias e grandes empresas santomenses apresente informação de menor qualidade.

Por outro lado, a tese segundo a qual a supremacia do fisco dentre os utilizadores da informação financeira influencia sobremaneira esta informação (Rodrigues e Pires, 2011) e não necessariamente no bom sentido. Com efeito, ao ter este como principal destinatário das demonstrações financeiras onde o resultado contabilístico resulta em maior ou menor carga tributária, pode condicionar a fiabilidade da informação financeira e, conseqüentemente, a sua qualidade.

Por último, o reconhecimento dos gestores e sócios enquanto destinatários também de proa traz ao de cima, lamentavelmente, questões complementares que ficaram omissas e que permitiriam conhecer o uso efectivo dado à informação financeira. Quais as fontes de informação e que variáveis são escrutinadas, bem como o momento e a frequência de tais consultas trariam um melhor conhecimento da problemática.

❖ Relevância e utilidade atribuída à informação financeira

A informação financeira deve ser útil para os seus utilizadores no processo de tomada de decisões. Assim, foi solicitada aos inquiridos a percepção da relevância e utilidades para as decisões de gestão operacional, financiamento, investimento, cumprimento das obrigações fiscais e outras de carácter económico. Depreende-se do gráfico e da tabela abaixo os seguintes resultados:

- (i) A informação financeira aparece como mais relevante e útil para as decisões de gestão, sendo que a média de respostas se situa entre “muita” e “muitíssima” relevância (4,52). A resposta mais frequente (moda) é “muitíssima” relevância, conferida por 60% dos inquiridos. Os graus de “muita” e “pouca” relevância foram atribuídos por 36% e 4% dos respondentes, respectivamente;
- (ii) Com uma média de “muita” relevância (4,4) e a moda de “muitíssima”, o cumprimento das obrigações é a segunda finalidade para a qual esta informação é importante. As opções escolhidas foram “muitíssima”, “muita” e “moderada” relevância por 56%, 28% e 16% dos respondentes.
- (iii) As decisões de investimento e financiamento são as que menos se baseiam na informação financeira, tendo uma média de 3,67, ou seja, inferior a “muita” relevância. Mesmo se as estatísticas são iguais, ligeira superioridade se reconhece ao investimento tendo recolhido 44% e 40% de respostas nos graus de

“muitíssima” e “muita” importância, respectivamente e 4% para cada uma das restantes opções. Ao financiamento é conferido apenas 32% de respostas para cada um dos melhores graus e os restantes “moderada”, “pouca” e “nenhuma” relevância recebem 12%, 8% e 12% de opiniões, respectivamente.

Figura 10. Relevância atribuída à informação financeira

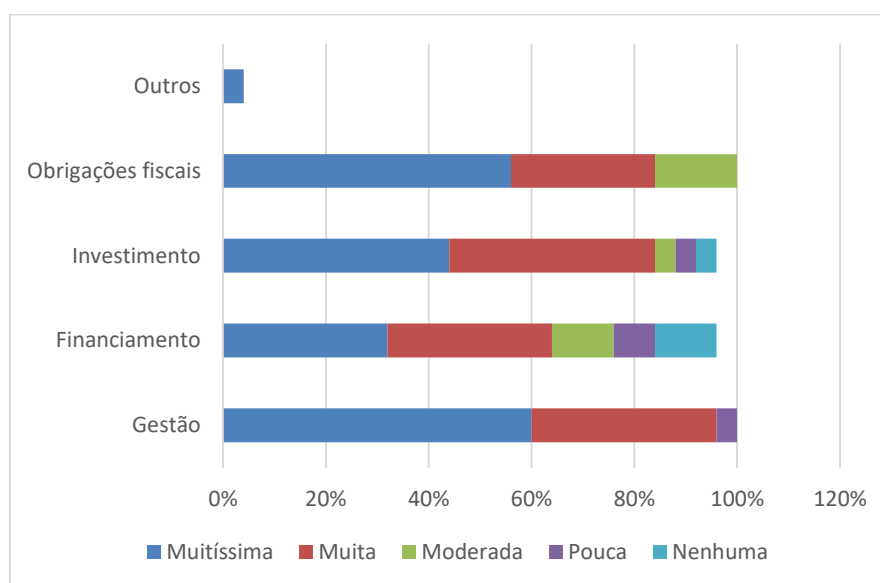


Tabela 9. Estatísticas da relevância atribuída à informação financeira

	Gestão	Financiamento	Investimento	Fisco	Outro
Média	4,52	3,67	3,67	4,40	0,20
Mediana	5,00	4,00	4,00	5,00	0,00
Moda	5	4 ^a	4 ^a	5	0
Desvio Padrão	0,714	1,373	1,373	0,764	1,000

a. Ha vários modos. O menor valor é mostrado

Importante é de referir que em consonância estão os resultados obtidos na presente investigação com o estudo de Nunes e Serrasqueiro (2004) ao concluírem que a informação financeira é importante para os gestores nas decisões operacionais e de investimento e menos nas decisões de financiamento. Os resultados contrariam Rodrigues e Pires (2011) no que diz respeito à relevância para fins de investimento, quando estes chegaram à conclusão que nas PME portuguesas as decisões de investimento não se baseiam necessariamente nas informações financeiras, dependendo, em muito, da intuição dos proprietários. Se regista também algumas

divergências em relação a Santos (2014) quando esta obtém como finalidade mais relevante o financiamento (83%). No referido estudo a informação financeira surge como útil para a gestão operacional (67%) somente após o investimento e a prestação de contas aos sócios/ accionistas.

Ainda no intuito de aprofundar os conhecimentos nesta matéria, procedeu-se ao cruzamento de certas variáveis caracterizadoras dos respondentes com a relevância da informação financeira para as duas finalidades evidenciadas como mais importantes, a saber, a gestão e o relacionamento com o fisco.

A análise da tabela 10 permite observar que o grau de “muitíssimo” importante e “muito” importante foi atribuído de forma equitativa pelos respondentes ocupando as funções de gerente, enquanto que os responsáveis financeiros foram quase unânimes na escolha de “muitíssimo” importante, havendo somente um grau de “muito” importante conferido. Logo, existem evidências para se considerar que os responsáveis financeiros atribuem maior importância à informação financeira do que os gerentes.

Tabela 10. Cruzamento entre as variáveis função e importância da IF para a gestão

Função		Grau de Importância da IF para a gestão			Total
		Pouca	Muita	Muitíssima	
Gerente	Contagem	1	7	7	15
	% em Função	6,7%	46,7%	46,7%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	77,8%	46,7%	60,0%
	% do Total	4,0%	28,0%	28,0%	60,0%
Responsável financeiro	Contagem	0	1	8	9
	% em Função	0,0%	11,1%	88,9%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	11,1%	53,3%	36,0%
	% do Total	0,0%	4,0%	32,0%	36,0%
Representante de gerente	Contagem	0	1	0	1
	% em Função	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	11,1%	0,0%	4,0%
	% do Total	0,0%	4,0%	0,0%	4,0%
Total	Contagem	1	9	15	25
	% em Função	4,0%	36,0%	60,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	4,0%	36,0%	60,0%	100,0%

Ao nível do género, constata-se na tabela infra que a frequência relativa dos dois géneros é igual no que toca ao grau mais elevado (“muitíssimo” importante). Constata-se igualmente que a distribuição feminina apresenta maior dispersão, deixando transparecer percepções mais díspares sobre a importância da informação financeira no que se refere às decisões de gestão. Salta a vista a opinião menos positiva dada por um indivíduo do sexo feminino.

Tabela 11. Cruzamento entre as variáveis género e a importância da IF para a gestão

		Grau de Importância da IF para a gestão			
		Pouca	Muita	Muitíssima	Total
Masculino	Contagem	0	6	7	13
	% em Sexo	0,0%	46,2%	53,8%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	66,7%	50,0%	54,2%
	% do Total	0,0%	25,0%	29,2%	54,2%
Feminino	Contagem	1	3	7	11
	% em Sexo	9,1%	27,3%	63,6%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	33,3%	50,0%	45,8%
	% do Total	4,2%	12,5%	29,2%	45,8%
Total	Contagem	1	9	14	24
	% em Sexo	4,2%	37,5%	58,3%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	4,2%	37,5%	58,3%	100,0%

No que concerne à variável idade, verifica-se que os respondentes da faixa etária 40 a 49 anos são os que maior importância atribuem à informação financeira para a gestão operacional, visto que 85,7% lhe conferiram o grau de “muitíssimo” importante contra 75% para os de menos de 29 anos, 50% para os que têm mais de 30 anos e menos de 39 anos e 33,3% para os mais de 50 anos. De se notar ainda que esta última franja é a única em que a percentagem de maior grau é inferior a do grau imediatamente anterior, e onde existe também uma opinião negativa da importância da informação financeira nas decisões de gestão (tabela 12).

Tabela 12. Cruzamento entre as variáveis idade e a importância da IF para a gestão

		Grau de Importância da IF para a gestão			Total
		Pouca	Muita	Muitíssima	
Idade					
Até 29 anos	Contagem	0	1	3	4
	% em Idade	0,0%	25,0%	75,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	11,1%	20,0%	16,0%
	% do Total	0,0%	4,0%	12,0%	16,0%
30 a 39 anos	Contagem	0	4	4	8
	% em Idade	0,0%	50,0%	50,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	44,4%	26,7%	32,0%
	% do Total	0,0%	16,0%	16,0%	32,0%
40 a 49 anos	Contagem	0	1	6	7
	% em Idade	0,0%	14,3%	85,7%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	11,1%	40,0%	28,0%
	% do Total	0,0%	4,0%	24,0%	28,0%
Mais de 50 anos	Contagem	1	3	2	6
	% em Idade	16,7%	50,0%	33,3%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	33,3%	13,3%	24,0%
	% do Total	4,0%	12,0%	8,0%	24,0%
Total	Contagem	1	9	15	25
	% em Idade	4,0%	36,0%	60,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	4,0%	36,0%	60,0%	100,0%

Do ponto de vista do nível acadêmico, os resultados demonstram que a distribuição das frequências relativas é muito semelhante para os respondentes com diplomas do ensino secundário, licenciatura e pós-graduação/mestrado, tendo estes apenas considerado os graus mais elevados. Cerca de 2/3 (66,6%) atribuíram o grau de “muitíssimo” importante e o restante (33,3% aproximadamente) conferem o grau de “muito” importante. É ao nível dos detentores do diploma de bacharelato que as opiniões mais divergem, sendo de realçar uma opinião negativa, a de “pouco” importante (20%) (tabela 13).

Tabela 13. Cruzamento entre as variáveis nível académico e a importância da IF para a gestão

Nível académico		Grau de Importância da IF para a gestão			Total
		Pouca	Muita	Muitíssima	
Ensino secundário	Contagem	0	1	2	3
	% em Nivel_acad	0,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	11,1%	13,3%	12,0%
	% do Total	0,0%	4,0%	8,0%	12,0%
Bacharelato	Contagem	1	2	2	5
	% em Nivel_acad	20,0%	40,0%	40,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	22,2%	13,3%	20,0%
	% do Total	4,0%	8,0%	8,0%	20,0%
Licenciatura	Contagem	0	3	6	9
	% em Nivel_acad	0,0%	33,3%	66,7%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	33,3%	40,0%	36,0%
	% do Total	0,0%	12,0%	24,0%	36,0%
Pós-graduação /Mestrado	Contagem	0	3	5	8
	% em Nivel_acad	0,0%	37,5%	62,5%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	0,0%	33,3%	33,3%	32,0%
	% do Total	0,0%	12,0%	20,0%	32,0%
Total	Contagem	1	9	15	25
	% em Nivel_acad	4,0%	36,0%	60,0%	100,0%
	% em Imp_if_gestao	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	4,0%	36,0%	60,0%	100,0%

À semelhança da função de gestão, julga-se pertinente efectuar o mesmo exercício de cruzamento de variáveis.

Relativamente à função, os resultados abaixo indicados demonstram que dos que dão “muitíssima” importância à informação financeira para o relacionamento com o fisco, 57,1% são gerentes e 42,9% são responsáveis financeiros. De observar que o grau de “muito” importante foi atribuído por 40% dos gerentes o que representa 85,7% das respostas para este grau, contra 14,3% imputados aos responsáveis financeiros. Também é de se notar que o grau de importância

“moderada” (16%) se decompõe em 50% atribuídos pelos responsáveis financeiros e os outros 50% pelos gerentes e o representante do gerente de forma equitativa (tabela 14).

Tabela 14. Cruzamento entre as variáveis função e importância da IF para as obrigações fiscais

		Grau de Importância da IF para as obrigações fiscais			
	Função	Moderada	Muita	Muitíssima	Total
Gerente	Contagem	1	6	8	15
	% em Função	6,7%	40,0%	53,3%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	25,0%	85,7%	57,1%	60,0%
	% do Total	4,0%	24,0%	32,0%	60,0%
Responsável financeiro	Contagem	2	1	6	9
	% em Função	22,2%	11,1%	66,7%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	50,0%	14,3%	42,9%	36,0%
	% do Total	8,0%	4,0%	24,0%	36,0%
Representante de gerente	Contagem	1	0	0	1
	% em Função	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	25,0%	0,0%	0,0%	4,0%
	% do Total	4,0%	0,0%	0,0%	4,0%
Total	Contagem	4	7	14	25
	% em Função	16,0%	28,0%	56,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	16,0%	28,0%	56,0%	100,0%

A análise na perspectiva do gênero, deixa vislumbrar que no cômputo geral os homens atribuem maior importância à informação financeira para o cumprimento das obrigações fiscais (61,5% e 38,5%, respectivamente, de “muitíssima” e “muita importância”) do que as mulheres, onde aparece 27,3% conferindo um grau de “moderada” importância; e, 18,2% e 54,5% de “muita” e “muitíssima” importância, respectivamente (tabela 15).

Tabela 15. Cruzamento entre as variáveis gênero e a importância da IF para as obrigações fiscais

		Grau de Importância da IF para as obrigações fiscais			
	Gênero	Moderada	Muita	Muitíssima	Total
Masculino	Contagem	0	5	8	13
	% em Sexo	0,0%	38,5%	61,5%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	0,0%	71,4%	57,1%	54,2%
	% do Total	0,0%	20,8%	33,3%	54,2%
Feminino	Contagem	3	2	6	11
	% em Sexo	27,3%	18,2%	54,5%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	100,0%	28,6%	42,9%	45,8%
	% do Total	12,5%	8,3%	25,0%	45,8%
Total	Contagem	3	7	14	24
	% em Sexo	12,5%	29,2%	58,3%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	12,5%	29,2%	58,3%	100,0%

Em termos de idade, fica evidenciado que a faixa etária que mais atribuiu “muitíssima” importância à informação financeira para este item é a dos 40 a 49 anos (85,7% dos indivíduos), seguida pelos mais jovens (75%), os com idade compreendida entre 30 e 39 anos (50%), e, por último, os de mais de 50 anos com apenas 16,7%. Verifica-se igualmente que a percentagem do grau “muito” importante é composta em 57,1 % pelos mais velhos, em 28,6% pelos 30 a 39 anos e em 14,3% pelos 40 a 49 anos (tabela 16).

Tabela 16. Cruzamento entre as variáveis idade e a importância da IF para as obrigações fiscais

		Grau de Importância da IF para as obrigações fiscais			
	Idade	Moderada	Muita	Muitíssima	Total
Até 29 anos	Contagem	0	1	3	4
	% em Idade	0,0%	25,0%	75,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	0,0%	14,3%	21,4%	16,0%
	% do Total	0,0%	4,0%	12,0%	16,0%
30 a 39 anos	Contagem	2	2	4	8
	% em Idade	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	50,0%	28,6%	28,6%	32,0%
	% do Total	8,0%	8,0%	16,0%	32,0%
40 a 49 anos	Contagem	1	0	6	7
	% em Idade	14,3%	0,0%	85,7%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	25,0%	0,0%	42,9%	28,0%
	% do Total	4,0%	0,0%	24,0%	28,0%
Mais de 50 anos	Contagem	1	4	1	6
	% em Idade	16,7%	66,7%	16,7%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	25,0%	57,1%	7,1%	24,0%
	% do Total	4,0%	16,0%	4,0%	24,0%
Total	Contagem	4	7	14	25
	% em Idade	16,0%	28,0%	56,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	16,0%	28,0%	56,0%	100,0%

Relativamente ao nível académico, 75% dos detentores de licenciatura e 60% de bacharelato conferem o grau de “muitíssimo” importante à informação financeira para fins tributários. Os restantes representantes destas classes se situam no grau imediatamente inferior. A opinião dos indivíduos com nível do secundário se divide equitativamente entre os graus positivos da escala, enquanto que a dos licenciados é de 33,3%, 22,2% e 44,4% na ordem crescente de intensidade. A maior representatividade no grau mais elevado é a dos pós-

graduados (42,9%), seguida pelos licenciados (25,6%). Quanto ao grau “moderado”, 75% das respostas pertencem aos licenciados (tabela 17).

Tabela 17. Cruzamento entre as variáveis nível académico e a importância da IF para as obrigações fiscais

Nível académico		Grau de Importância da IF para as obrigações fiscais			
		Moderada	Muita	Muitíssima	Total
Ensino secundário	Contagem	1	1	1	3
	% em Nivel_acad	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	25,0%	14,3%	7,1%	12,0%
	% do Total	4,0%	4,0%	4,0%	12,0%
Bacharelato	Contagem	0	2	3	5
	% em Nivel_acad	0,0%	40,0%	60,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	0,0%	28,6%	21,4%	20,0%
	% do Total	0,0%	8,0%	12,0%	20,0%
Licenciatura	Contagem	3	2	4	9
	% em Nivel_acad	33,3%	22,2%	44,4%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	75,0%	28,6%	28,6%	36,0%
	% do Total	12,0%	8,0%	16,0%	36,0%
Pós-graduação/ Mestrado	Contagem	0	2	6	8
	% em Nivel_acad	0,0%	25,0%	75,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	0,0%	28,6%	42,9%	32,0%
	% do Total	0,0%	8,0%	24,0%	32,0%
Total	Contagem	4	7	14	25
	% em Nivel_acad	16,0%	28,0%	56,0%	100,0%
	% em Imp_if_fisco	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	16,0%	28,0%	56,0%	100,0%

❖ **Percepção da relevância atribuída à informação financeira pelos seus utilizadores**

Sendo o objetivo da informação financeira ser útil na tomada de decisões económicas para um amplo leque de utentes, solicitou-se aos respondentes que indicassem, na sua perspectiva,

a relevância atribuída pelos utilizadores das informações financeiras. Através da figura 11 e a tabela 18 abaixo, apresenta-se os resultados em ordem de percepção de maior relevância:

Figura 11. Percepção da relevância atribuída à informação financeira pelos seus utilizadores

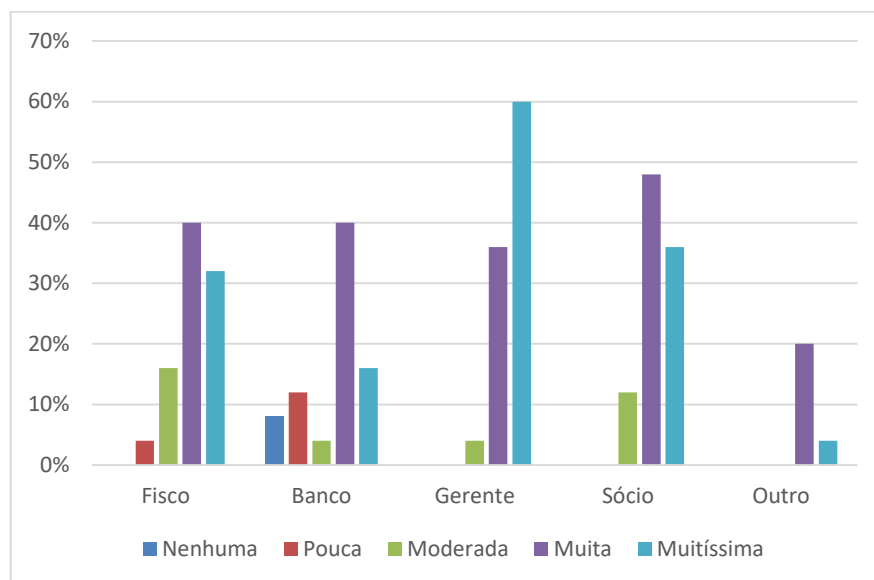


Tabela 18. Estatísticas sobre a percepção da relevância atribuída à informação financeira pelos seus utilizadores

	Fisco	Banco	Gerente	Sócio	Outro
Média	3,76	2,84	4,56	4,08	1,20
Mediana	4,00	4,00	5,00	4,00	0,00
Moda	4	4	5	4	0
Desvio Padrão	1,393	1,841	0,583	1,077	1,979

- (i) Com uma média de 4,56 (entre “muita” e “muitíssima”) e a moda de “muitíssima” relevância, os gerentes aparecem como utilizadores que mais relevância atribuem à informação financeira. As respostas obtidas foram de 60%, 36%, e 4%, para os graus de “muitíssima”, “muita”, e “pouca” relevância, respectivamente;
- (ii) Os sócios apresentam uma média de 4,08 (“muita”) igual à moda. As respostas obtidas foram de 36%, 48%, e 12%, para os graus de “muitíssima”, “muita”, e “moderada” relevância, respectivamente;

- (iii) O fisco apresenta uma média de 3,78 (próxima de “muita”) e “muita” relevância como moda. As respostas obtidas foram de 32%, 40%, 16% e 4%, para os graus de “muitíssima”, “muita”, “moderada” e “pouca” relevância, respectivamente;
- (iv) Os Bancos apresentam uma média de 2,84 (ligeiramente abaixo da “moderada”) e “muita” relevância como moda. As respostas obtidas foram de 16%, 40%, 4%, 12% e 8%, para os graus de “muitíssima”, “muita”, “moderada”, “pouca” e “nenhuma” relevância, respectivamente. O desvio padrão de 1,8, superior ao dos outros utilizadores, demonstra a grande dispersão das respostas face aos demais.

A opinião sobre a utilidade da informação financeira para os sócios é particularmente curiosa, na medida em que os inquiridos creem que os sócios consideram a informação financeira “muitíssima” (36%) e “muito” relevante (48%). Entretanto, tendo bem presente alguns resultados obtidos nesta investigação, uma análise lógica e conjunta conduz a um certo questionamento: (i) 72% das empresas possuem apenas 2 sócios, (ii) 64% dos gerentes são igualmente sócios e (iii) 34% dos sócios são cônjuges. Com efeito, uma grande concentração da gestão e da propriedade é aqui evidenciada, via os sócios gerentes, mas também através dos seus cônjuges, cuja tarefa e capacidade de escrutínio, quer das demonstrações financeiras, quer da gestão do seu parceiro, se questiona.

Como visto na revisão da literatura, a utilidade da informação financeira para os sócios/proprietários situa-se, por um lado, na busca de informação para aferir da situação da empresa em gerar dividendos, e, por outro lado, na necessidade de avaliar o zelo e o desempenho dos órgãos de gestão (Pires, 2009), que não sendo satisfatório pode culminar em exonerações (Eirle e Schultze, 2013). Ora, dadas as características acima realçadas das entidades inquiridas, os dois interesses dos sócios podem ser apercebidos como defendidos pelo próprio gerente (que é geralmente sócio e, para muitos dos casos, cônjuge), porquanto o que está em causa é o rendimento e o património familiar, o qual não é suposto ser prejudicado por uma gestão danosa consciente.

A figura 11 demonstra, também, que, de um modo geral, a percepção sobre o papel das demonstrações financeiras nas decisões ou acções para a qual a informação financeira é utilizada, é relativamente baixa para o fisco e o banco, face aos gerentes e aos sócios. Ambos os utilizadores recolhem 40% de grau de “muito” importante e apenas 32% e 16% de “muitíssima” importante para o fisco e o banco, respectivamente. Foram também os únicos a colher pontuações desfavoráveis.

No que concerne ao fisco, as liquidações adicionais de imposto sobre rendimento das pessoas colectivas, cuja origem do cálculo assenta no resultado contabilístico, parece estar subjacente a esta opinião. O entendimento é que se correcções são efectuadas é por não se fiar nas demonstrações financeiras apresentadas. No que tange aos bancos, a análise das entrevistas aos responsáveis do sector de crédito sobre a relevância da informação financeira na atribuição de crédito poderá, talvez, elucidar esta questão.

4.2. Análise das entrevistas

No intuito de se atingir o terceiro objectivo preconizado na presente investigação, relativamente à percepção dos credores sobre a qualidade da informação financeira, foram entrevistados os responsáveis pelo sector de atribuição de créditos de três instituições financeiras do país. No quadro infra são espelhadas as características pessoais e profissionais mais relevantes dos inquiridos:

Quadro nº2: Características pessoais e profissionais dos entrevistados

Função	Anos de função	Género	Idade	Nível académico	Área de formação	Experiência profissional
Director de empresas	5 anos	Feminino	48 anos	Bacharelato	Gestão de empresas	Superior a 15 anos
Analista de risco e crédito	3 anos	Masculino	28 anos	Bacharelato	Gestão de empresas	Inferior a 5 anos
Director de crédito e marketing	3 meses	Masculino	28 anos	Pós-Graduação	Auditoria e gestão de risco	Entre 5 a 10 anos

Denota-se nos resultados obtidos que dois dos entrevistados são do género masculino e de idade muito jovem (28 anos) contrastando com a idade madura da representante do género oposto (48 anos). A larga experiência geral e no domínio de concessão de créditos desta é factor de diferenciação com os seus dois homólogos de função. É evidenciado o percurso académico de dois dos inquiridos sancionado por um bacharelato em gestão de empresas, enquanto que o terceiro possui uma pós-graduação em auditoria e gestão de risco.

Propunha-se, com as entrevistas realizadas, saber em que medida as informações financeiras das médias e grandes empresas santomenses são, efectivamente, utilizadas e importantes aquando do processo de tomada de decisões relativo à concessão de crédito. Para tanto, julgou-se, igualmente, pertinente delinear e contextualizar o problema buscando entendimento sobre o processo no seu todo. Oportuno é de ressaltar que, à semelhança das demais instituições do país, as empresas não são classificadas com base na lei do enquadramento empresarial, havendo internamente elementos próprios de categorização dos clientes e empresas.

❖ **O pedido de crédito**

Ficou evidenciado que o pedido de crédito é um processo com características díspares e não uniformizado. Tendo na sua origem uma simples carta, todas as outras peças documentais são constituídas mediante solicitação ulterior do banco, onde factores como a natureza e a finalidade do crédito, as garantias, o relacionamento com a empresa e a idoneidade do empresário determinam o manancial de documentos a submeter, o que confere a este processo uma certa personalização em termos de tratamento.

O escrutínio de comportamentos tendencialmente prevaricadores das empresas face aos compromissos financeiros assumidos de longo prazo aparece como uma preocupação inicial fazendo da atestação de cumprimento das obrigações contributivas, fiscal e da segurança social, um dos documentos solicitados, assim como o acto de constituição da empresa no sentido de aferir a forma jurídica e a capacidade dos gerentes e sócios de obrigar a empresa. As demonstrações financeiras aparecem como documentos de capital importância, mesmo se é possível perceber que o tipo de demonstração financeira a ser entregue fica ao critério do banco.

Esta constatação foi feita igualmente por Rodrigues e Pires (2011) quando afirmam que, aquando dos pedidos de empréstimo por parte das PME, a exigência de entrega da informação financeira não é uma constante, sendo feita geralmente de forma discreta e não regular ao longo do tempo.

❖ **As demonstrações financeiras como fonte de informação financeira para a tomada de decisão**

Foi possível perceber que as instituições bancárias utilizam demonstrações financeiras tais como: o balanço, a demonstração dos resultados, e, a demonstrações de fluxos de caixa, dos três últimos anos, bem como o último balancete disponível, no intuito de se munirem de informação financeira para a tomada de decisão. Com base nestas demonstrações, são

calculados rácios da rentabilidade, da liquidez, da solvabilidade, da autonomia financeira e do endividamento, numa perspectiva plurianual e comparativa, com vista à aferição da situação económica e financeira da empresa.

Estes resultados estão em consonância com os obtidos por Sebastião (2014) no seu estudo relativo à análise das demonstrações financeiras como factor determinante na tomada de decisão de natureza económico-financeira, tendo como objecto de estudo o caso angolano, onde foi observada, por todas as entidades financeiras, a utilização do indicador de liquidez e o de autonomia financeira, e por 86% o uso da rentabilidade dos capitais próprios, a rentabilidade das vendas, o endividamento e a tesouraria líquida.

Perante o contexto em que são elaboradas as demonstrações financeiras¹², e conjectura de possível existência de várias contabilidades, pondo em causa a fiabilidade das informações obtidas, ficou patente que precauções são adoptadas no sentido de paliar e minimizar esta prática. A ameaça de manipulação obriga as instituições a serem mais rigorosas nas análises das demonstrações financeiras se munindo, para o efeito, de pessoal altamente qualificado, por um lado, e por outro, a exigir às empresas demonstrações financeiras certificadas pela administração fiscal¹³.

❖ A informação financeira face ao conhecimento pessoal

As respostas obtidas põem em evidência a forte indexação da atribuição de crédito à capacidade da empresa em libertar meios suficientes para fazer face aos reembolsos do capital e dos correspondentes juros. Sendo esta capacidade aferida através da informação financeira, conclui-se pela sua preponderância na tomada de decisão das instituições credoras. Com efeito, uma informação que permita a correcta avaliação deste pressuposto confere à empresa que a fornece uma posição privilegiada na obtenção de créditos e condições mais vantajosas (Martins, 2007).

Verifica-se, no entanto, que o conhecimento e as boas relações com o empresário podem se afigurar importantes sem serem preponderantes. As boas relações decorrem de todo um historial de relacionamento abonatório para o empresário, reforçando a confiança entre a instituição e este último.

¹² Referência já foi feita a esta questão quando analisados os resultado dos dados relativos à preparação da informação financeira.

¹³ A declaração de rendimentos prevista pelo código do IRC é efectuada mediante a entrega dos formulários previstos para o efeito, acompanhados de mapas contabilísticos (demonstrações financeiras). Todos os documentos são em papel e em duplicado, sendo que no acto da entrega um dos exemplares recebe o carimbo da administração fiscal e é devolvido ao contribuinte.

Nestas circunstâncias, faz-se, igualmente, necessário fazer referência ao contexto geográfico e social do país, como influenciador do comportamento e do *modus videndis* dos santomenses em diferentes esferas, e a público-institucional não está ao abrigo destas interferências. A pequenez do país foi evocada pelos entrevistados como favorável a uma exposição exacerbada das pessoas, tanto do ponto de vista profissional como privado, com possíveis impactos negativos ou positivos na tomada de decisões.

O factor pessoal é realçado por Rodrigues e Pires (2011), ao afirmarem que muitas das necessidades das empresas de pequena e média dimensão e com pouca sofisticação no negócio, como é o caso da maior parte das empresas santomenses no que diz respeito sobretudo a esta última, são satisfeitas não sistematicamente com recurso às informações financeiras, mas sim através do relacionamento directo e o conhecimento pessoal, inclusive no sector da banca. Esta constatação assenta no facto das informações financeiras não serem constante e regularmente solicitadas ao longo do ano.

Os resultados obtidos no presente estudo estão, de certo modo, em alinhamento com os obtidos por Rodrigues e Pires (2011), porquanto, existem evidências permitindo concluir que, apesar das decisões se basearem na informação financeira, se apoiam muito no conhecimento pessoal da empresa e do empresário.

❖ **Percepção da qualidade da informação financeira**

Pôde-se verificar que o entendimento da qualidade da informação financeira pelos inquiridos passa através das duas principais características qualitativas – a fiabilidade e a relevância. Nesta perspectiva, foram apontadas falhas e incongruência às demonstrações financeiras que prejudicam a fiabilidade, pelo que a qualidade da informação financeira, nesta vertente, é percebida como relativamente baixa.

Pese embora esta fraqueza ter sido assinalada, foi reconhecida a relevância da informação financeira, mormente o seu valor preditivo, que permite, através do presente, perspectivar o futuro, tal como o definem Freitas (2009), Eierle e Schultze (2013), Ciuhureanu (2015) e Valente e Fujino, (2016). Por, efectivamente, ser útil na tomada de decisão, a baixa qualidade sentida é, nesta perspectiva, relativamente atenuada.

A problemática do financiamento e o conseqüente endividamento *versus* a qualidade da informação financeira constituiu fonte de inspiração para vários autores. Van Campenhout e Van Caneghem (2009) demonstraram que a qualidade da informação está positivamente relacionada com a alavancagem das PME belgas e a baixa qualidade impede essas empresas de acederem a fundos externos e tende a aumentar o custo do financiamento externo. De igual

modo, Gonçalves (2014) verificou que um maior endividamento e maior rentabilidade tendem a provocar manipulação de resultados através das imparidades de ativos fixos tangíveis e a imparidade de clientes, pondo em causa a qualidade da informação financeira. Martins (2007) constatou que um alto nível de dependência bancária influencia negativamente a informação financeira, mas quando a situação financeira destas empresas, avaliada através da liquidez, tende a melhorar a qualidade da informação financeira também melhora, face às empresas com menor liquidez.

Em termos gerais, os resultados obtidos com as entrevistas feitas aos responsáveis do sector de atribuição de créditos de três instituições financeiras do país sugerem que os pedidos de crédito decorrem de um processo diferenciado em que a finalidade do crédito e o conhecimento da empresa concorrem para a determinação dos documentos solicitados à empresa, incluindo as demonstrações financeiras. A decisão relativa à autorização do crédito está fortemente indexada à capacidade da empresa em libertar meios à altura dos compromissos de reembolso da dívida, expressa na informação financeira, pelo que se considera que esta informação é efectivamente utilizada e útil para as instituições credoras.

5. CONCLUSÕES

O tema da qualidade da informação financeira tem suscitado bastante interesse por parte dos investigadores. A revisão da literatura veio, no entanto, demonstrar que este interesse contrasta com a ausência de definições claras e precisas sobre o conceito.

Assumindo a definição segundo a qual a qualidade da informação financeira é a sua capacidade intrínseca em ser útil a um amplo leque de utilizadores no processo de tomada de decisão de carácter económico e financeiro, este estudo tinha como pretensão responder à seguinte questão de investigação: em que medida a informação financeira produzida pelas médias e grandes empresas santomenses adopta a relevância como característica qualitativa da informação financeira? Desde logo, a resposta à questão pressupunha aferir se a informação financeira produzida e divulgada pelas médias e grandes empresas santomenses é, efectivamente, relevante e reputada de qualidade pelos responsáveis das empresas e pelos credores.

É nesta senda que se julgou adequado adoptar uma metodologia de trabalho comportando duas abordagens investigativas: (i) a quantitativa, através da qual foram inquiridas 25 empresas, tendo como respondentes essencialmente os gerentes e os responsáveis financeiros, e os dados resultantes desta *demarche* foram submetidos às análises descritivas; e, (ii) a qualitativa, que consistiu num inquérito com base em entrevistas aos responsáveis dos serviços de crédito de 3 instituições bancárias. Socorreu-se aqui da técnica de análise de conteúdo para tratar as informações colhidas, onde se pôde identificar expressões e ideias comuns que foram objecto de agregação em temas relevantes para os objectivos almejados pelo presente estudo.

Subjacente à prossecução do objectivo geral desta pesquisa, objectivos mais específicos foram fixados. Nesta conformidade, relativamente ao **primeiro objectivo**, através do qual se propôs caracterizar as médias e grandes empresas santomenses, existem fortes evidências permitindo concluir que estas unidades económicas apresentam características inerentes às PME, não somente pelo volume de negócio, ao qual se reconhece as idiosincrasias do país, mas, principalmente, pela estrutura jurídico-organizativa assente predominantemente em sociedades por quotas de tipo familiar, com elevados níveis de concentração do capital e de fusão da propriedade com a gestão.

Numa perspectiva económica, verifica-se que a maioria esmagadora das empresas inquiridas operam no sector comercial com uma existência média de 15 anos. Cerca de 64% empregam mais do que trinta trabalhadores gerando uma facturação anual, por 52% dentre elas, inferior a 50 milhões de dobras¹⁴.

¹⁴ Cerca de 2,04 milhões de euros

Tentando uma aproximação destes resultados ao objecto do presente estudo, apercebe-se que as empresas estudadas apresentam características identificadas na literatura como sendo pouco favoráveis à utilização da informação financeira. Com efeito, Rodrigues e Pires (2011) são de opinião que a satisfação das necessidades das PME, com negócios pouco sofisticados, passa muito mais pelo conhecimento pessoal e directo do que pela informação financeira. Rosa (2013) concluiu que as empresas familiares atribuem menos importância e utilidade à informação financeira que as empresas não familiares. Por sua vez Santos (2014) constatou que os gestores das PME atribuem menor importância às demonstrações financeiras quando não existe separação da propriedade e da gestão.

No que concerne ao **segundo objectivo**, que consistiu em avaliar as possíveis influências de factores como a preparação da informação financeira e as fontes de financiamento, concluiu-se o seguinte:

- Para a maioria das empresas, a contabilidade é feita internamente, o que lhe confere importância, reconhecida por 92% dos inquiridos, enquanto instrumento de suporte da informação financeira, que vai para além da formalidade legal imposta a estas empresas. Todavia, um estudo do Banco Mundial chama a atenção para a desactualização e a falta de clareza do diploma legal que estatui as normas sobre as quais se assenta a contabilidade das empresas santomenses e a ausência de órgãos fiscalizadores do cumprimento dessas mesmas normas, deixando prever uma influência negativa na qualidade da informação financeira;
- Que as necessidades de financiamento são satisfeitas a partir de recursos internos, fundos próprios, essencialmente, e empréstimo dos sócios em seguida, e, somente após, surgem as instituições bancárias como terceira alternativa. Ora, de acordo com a literatura, a qualidade da informação financeira tende a ser maior quando tem a pretensão de satisfazer as necessidades de informação dos utilizadores externos, sobretudo aqueles que, através dela, se obrigam a avaliar a situação económica e financeira para a tomada de decisão. Ao não ter que fazer provas da boa saúde financeira face aos utilizadores externos, a qualidade da informação financeira pode ser negativamente influenciada.

Buscando conhecimento sobre o **terceiro objectivo**, que visou identificar os verdadeiros utilizadores da informação financeira, os resultados obtidos apontam o fisco como utilizador privilegiado seguido do gerente, dos sócios e das instituições bancárias. Evidenciado ficou o

facto de que os dois utilizadores externos, cuja percepção sobre a situação económica e financeira que se deseja dar são totalmente antagónicas, encontram-se igualmente posicionados em extrêmos opostos na escala dos utilizadores. No que se refere ao fisco, utente principal, uma situação menos boa está associada a benefícios consubstanciados num aligeiramento da carga fiscal, enquanto que para os bancos, quanto melhor for a situação económico-financeira da empresa maiores serão as vantagens relativas ao crédito. Ora é precisamente este utilizador que aparece ser o menor consumidor da informação financeira. Tal cenário é susceptível de influenciar negativamente a qualidade da informação financeira.

Por último, no que se refere à percepção da utilidade e importância da informação financeira, proposto como **quarto e último objectivo** específico deste trabalho, constatou-se que:

- No seio da empresa, de acordo com a opinião dos inquiridos, a gestão operacional e o cumprimento das obrigações fiscais surgem como as finalidades para as quais a informação financeira é reputada útil, tendo lhes sido conferido, maioritariamente, os graus de “muitíssimo” e “muito” importante. O cruzamento destas finalidades com algumas variáveis relativas às empresas, não apresentou tendências ou correlações significativas dada a pequenez da amostra, no entanto verificou-se haver evidências no que toca as decisões de gestão que: (i) os responsáveis financeiros atribuem maior importância à informação financeira do que os gerentes; (ii) os da faixa etária 40-49 anos são os que maior importância conferem a esta finalidade e (iii) a opinião das mulheres é muito mais díspara sobre este assunto do que os homens. Relativamente às obrigações fiscais, os homens e os de idade compreendida entre 40-49 anos são os que conferem maior importância à esta informação.

Para as decisões de investimento, a informação é entendida como tendo substancial relevância, enquanto que, para o financiamento, ela é percebida como relativamente menos útil. Expondo, igualmente, a opinião destes inquiridos sobre a percepção da utilidade da informação financeira para os utilizadores, é de se dizer que os gerentes aparecem como sendo os que, efectivamente, lhe atribuem maior importância, seguidos dos sócios, o fisco e, por último, os bancos.

- Nas instituições bancárias é de reconhecimento geral a importância da informação financeira na tomada de decisão. Não é descurado, todavia, o papel do

conhecimento pessoal da empresa e dos empresários na concessão de créditos. É considerado o nível da qualidade da informação financeira, do ponto de vista da fiabilidade, como relativamente baixo, porém, na perspectiva da relevância se lhe reconhece o seu papel predictivo, atenuando de certo modo a percepção geral.

No cômputo geral, conclui-se que a informação financeira produzida pelas médias e grandes empresas é reputada útil para a tomada de decisão e, nesta perspectiva, a qualidade da informação financeira é julgada aceitável. No entanto, necessário se torna, igualmente, concluir que as envolventes das empresas, internas e externas, apresentam evidências pouco abonatórias à fiabilidade destas informações, pondo em causa a qualidade da informação financeira no seu todo.

Como limitações, tem-se a apontar primeiramente a pequenez do país implicando o conhecimento de uns e de outros. Sendo a autora desta investigação conhecida como pertencente à administração fiscal, alguma desconfiança se sentiu da parte dos inquiridos. Tendo presente este facto, optou-se por aligeirar o nível de solicitação de informações, prejudicando, em certa medida, a profundidade desta investigação.

A exiguidade da amostra também constituiu uma limitação deste estudo com repercussões nas inferências a efectuar. Se as inferências nesta situação podem ser discutíveis, mais não será o reconhecimento de que este estudo aponta pistas para a formulação de uma ideia sobre a temática investigada no contexto das médias e grandes empresas santomenses. Está-se em crer que, mesmo no conhecimento do elemento básico deste estudo que é a noção do seu universo à luz dos preceitos legais da sua definição, este estudo é obviamente inovador.

À guisa de sugestão para pesquisas futuras, propõe-se um estudo sobre a qualidade da informação financeira que investigue esta problemática sob o prisma da fiabilidade e da relevância enquanto características fundamentais da qualidade da informação financeira.

BIBLIOGRAFIA

Aaker, D., Jacobson, R. (1994). The Financial Information Content of Perceived Quality. *Journal of Marketing Research*, Vol. 31, No. 2, Special Issue on Brand Management, May, pp. 191-201.

Afes, H. (2013). « Le rôle du système légal dans la détermination de la qualité de l'information financière suite à l'adoption des IFRS : Une étude internationale ». HEC Montréal. Tese de doutoramento.

Alves, M.C. e Ussman A.M., (2006). O valor da informação contabilística na óptica do produtor e do utilizador da informação - estudo empírico. *Contabilidade e Gestão*, nº 2, 123.

Alves, M.C., Antunes, E. (2010). A implementação das normas internacionais do relato financeiro na Europa – uma análise dos casos polaco e português. *Revista del Instituto International de Costos*, ISSN 1646-6896, nº 6, enero/junio.

Assembleia Nacional (2005). Lei do enquadramento empresarial. Lei 11/2005 de 2 de Dezembro.

Assembleia Nacional (2009). Código do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas. Lei 10/2009 de 8 de Outubro.

Ball, R., Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, nº 39 (1), p. 83-128.

Banco Mundial (2014). São Tomé e Príncipe – Relatório sobre a observância de normas e códigos de contabilidade e auditoria. Banco Mundial.

Banco Mundial (2016). Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Sector Financeiro. Banco Mundial.

Banque Africaine de Développement (2012). L'environnement de l'investissement privé à SãoTomé et Principe. Département Régional de l'Afrique Centrale.

Barth, M., Landsman, W. e Lang, M. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, Vol. 46, Nº3, pp. 467-498.

Bento, A. (2012). Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade? Disponível em:

<http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Investigacaoqualequan.pdf>

Biddle, G., Gilles H., Rodrigo S. (2009). How Does Financial Reporting Quality Relate to Investment Efficiency? *Journal of Accounting and Economics*. Volume 48.2-3 pp 112-131.

Borañano, A.M. (2008). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. 1ª edição, Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Borges, A., Rodrigues, A. & Rodrigues, R. (2007). *Elementos de Contabilidade Geral*. 24ª edição, Lisboa: Áreas Editora.

Breahnã- Pravät, I. (2014). Considerations on the treatment of qualitative characteristics of accounting information at the international level and in various national accounting systems. *Studies and Scientific Researches. Economics Edition*, No 19.

Byard, D., Li, Y., Weintrop, J., (2006). Corporate governance and the quality of financial analysts' information. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278425406000706>

Cascino, S., Pugliese, A., Mussolino, D. (2010). The influence of family ownership on the quality of accounting information. *Family Business Review*. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0894486510374302>

Casta, J.F. (2003). La comptabilité en " juste valeur " permet-elle une meilleure représentation de l'entreprise ? *Revue d'Economie Financière*, 2 (71), pp. 17-31.

Casta, J.F., Stolowy, H. (2012). De la qualité comptable : mesure et enjeux. *Comptabilité, Société, Politique, Mélanges en l'honneur du Professeur Bernard Colasse*, M. Niki. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00679999>

Chakroun, R. (2008). La perception de l'utilité de l'information volontaire dans les rapports annuels par les analystes financiers tunisiens. *La comptabilité, le contrôle et l'audit entre changement et stabilité*, May. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00522451/>

Chen, H., Tang, Q., Jiang, Y., Lin, Z. (2010). The role of international Financial Reporting Standards in Accounting Quality: Evidence from the European Union. *Journal of international Financial Management and Accounting*, Volume 21, pp 220-278.

Ciuhureanu, A.T. (2015). Quality accounting principles and information implications for the company's management. *The Young Economists Journal*. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/>

Cohen, A. (2003). Quality of Financial Reporting Choice: Determinants and Economic Consequences. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=422581

Daske, H., Gebhardt, G., (2006). International Financial Reporting Standards and Experts' Perceptions of Disclosure Quality. *Abacus*, volume 42.

Eierle, B., Shultze, W. (2013). The role of management as a user of accounting information: implications for standard setting. *Journal of accounting and management information systems*. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1130162

Escaffre, L. (2012). De la pertinence de l'information comptable -Contribution à l'analyse des interactions entre la doctrine comptable et la recherche positive. *Gestion et management*. Université d'Angers. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00769327>

Freitas, G (2007). As características qualitativas definidas pelo IASB: alterações impostas pelo referencial fair value. Actas das XVII Jornadas Hispano-Lusas de Gestão.

Freitas, G. (2009). SNC - Estrutura Conceptual. Disponível em: <https://www.occ.pt/fotos/editor2/SNC%20-%20EstruturaConceptualDIS1409.pdf>.

Gonçalves, S. (2014). As Determinantes da Qualidade da Informação Financeira Via Imparidade de Ativos. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Instituto Politécnico do Porto. Dissertação de mestrado.

Hodges, F. (2003). Investors. Perceptions of Earnings Quality, Auditor Independence, and the Usefulness of Audited Financial Information. Disponível em: <https://www.bus.iastate.edu/aclem/592/SS03/Hodge.pdf>

Iatridis, G. (2010) International Financial Reporting Standards and the Quality of Financial Statement Information. *International Review of Financial Analysis*, 19, 193-204.

Jonas, G., Blanchet, J. (2000). Assessing Quality of Financial Reporting. *Accounting Horizons*, Vol. 14, nº. 3, pp. 353-363.

Lenormand, G., Touchais, L. (2009). Les IFRS améliorent-elles la qualité de l'information financière ? Approche par la value relevance. *Comptabilité – Contrôle – Audit / Tome 15 – Volume 2 – Décembre 2009* (p. 145 à 164).

Lescura, C., Brito, M., Borges, A., Cappelle, M. (2012). Representações Sociais sobre as Relações de Parentesco : Estudo de Caso em um Grupo Empresarial Familiar. *RAC Rio de Janeiro*, Volume 16, n.1, art. 6, pp 98 – 117.

Leuz, C., Verrecchia, R. (2005). Firms' Capital Allocation Choices, Information Quality, and the Cost of Capital. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=495363

Manzato, A.J. e Santos, A. (2012). A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Disponível em: www.inf.ufsc.br/

Markoni, M e Lakatos, E. (2003). *Fundamentos da metodologia científica*. 5ª Edição. São Paulo: Editora Atlas.

Martins, O. (2007). "O endividamento bancário e a qualidade da informação financeira: um estudo para o caso português". Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

Michaïlesco, C., (2009). Une étude empirique des déterminants de la qualité de l'information diffusée par les entreprises françaises au cours de la période 1991-1995. *Comptabilité - Contrôle - Audit* 1999/1 (Tome 5), p. 83-108.

Minayo, M.C., Deslandes, S., Neto, O. e Gomes.R (2002). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. 21ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes.

Nobles, C. e Stadler, C. (2014). The qualitative characteristics of financial information, and managers' accounting decisions: evidence from IFRS policy changes. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00014788.2015.1044495>

Nunes, L., Serrasqueiro, Z. (2004). A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, São Paulo, nº 36, p 87 – 96.

Paananen, M., (2008). The IFRS Adoption's Effect on Accounting Quality in Sweden. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1097659

Paananen, M., e Lin, H. (2008). The Development of Accounting Quality of IAS and IFRS Over Time: The Case of Germany1. Disponível em: <http://www.aaajournals.org/doi/abs/10.2308/jiar.2009.8.1.31>

Pires, A.M. (2009). "Sistema de normalização contabilística - do POC ao SNC". Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7195/3/POC%20SNC.pdf>

Pires, A.M. (2010). "A informação de natureza qualitativa como uma característica implícita no SNC: a capacidade do anexo para oferecer uma resposta adequada". Encontro AECA Coimbra I 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2627>

Pires, R.A., Alves, M.C. (2011). "Incerteza da envolvente e relevância da informação financeira e não financeira na tomada de decisão: um estudo empírico". XIII Accounting and Auditing Congress "A Change In Management – ACIM 2011", Porto, 19-20 May. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6256/1/2011_Pires%26Alves_XIIICCA_ACIM2011_full.pdf

Rahmani, H., Jabari, H. (2015). A Model for Evaluating the Impacts of Qualitative Characteristics on the Usefulness of Financial Reporting. *International Journal of Management, Accounting and Economics*. Vol. 2, No. 4, April.

Reis, E.A., Reis I.A. (2002) Análise Descritiva de Dados. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: www.est.ufmg.br.

Reis, V. (2012). Qualidade da informação financeira após a adoção das IAS/IFRS – o caso da Bélgica, Itália e França. ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa. Dissertação de mestrado.

Rodrigues, F., Pires, A. (2011). As características do tecido empresarial determinam necessidades específicas e definem um utilizador padrão para a informação financeira:

evidência empírica. Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/6613/1/Cordoba%201%20%20202011.pdf>

Rodrigues, F.J, Pires, A.M, Pereira,H.F. (2014). A definição das políticas contabilísticas e a sua relação com as principais forças da envolvente: uma interpretação e alguma evidência sobre a influência que é exercida pela fiscalidade. Instituto Politécnico de Bragança. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10198/9312>

Rosa, S. (2013). "A importância da informação financeira nas PME: mensuração do activo fixo tangível". Universidade Autónoma de Lisboa. Tese de doutoramento.

Samuelson, P.A. e Nordhaus, W.D. (2012). *Economia*. 19ª edição. Lisboa. McGraw Hill

Santos, M. (2014). "Relevância e utilidade das demonstrações financeiras – a percepção dos gestores das PME". Instituto Politécnico de Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Dissertação de mestrado.

Sebastião, J. (2014). "Análise das demonstrações financeiras como fator determinante na tomada de decisão: Estudo de caso de entidades angolanas". Instituto Politécnico de Setúbal, Escola Superior de Ciências Empresariais. Dissertação de mestrado.

Silva, A., Fossá, M.I. (2015). Análise de conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrónica* ISSN 1677 4280. Vol. 17, Nº 1.

Silva, J., Sarmento, M., Duarte, M. (2015). A Relevância enquanto característica qualitativa das demonstrações financeiras – A perspectiva dos preparadores da informação financeira. V Congresso dos TOC. Meo Arena, 17-18 Setembro 2015. OTOC.

Silva, M. (2014). O impacto da alteração do POC para o SNC na qualidade da informação. Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.

Sousa, J.F. (2009). "A divulgação voluntária de informação empresarial em Portugal e Espanha". Congresso AECA XV. Disponível em: http://www.aeca1.org/pub/on_line/comunicaciones_xvcongressoaeca/cd/93a.pdf

Sousa, M.J. e Batista, C. (2011). *Como fazer Investigação, dissertações, teses e relatórios*. 2ª Edição. Lisboa: PACTOR.

Terence, A.C., e Filho, E. (2006). Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2006_tr540368_8017.pdf

Valente, N., Fugino, A. 2016. Atributos e dimensões da qualidade da informação nas ciências contábeis e na ciência da informação: um estudo comparativo. *Perspectiva em ciência da informação*, v.21, nº 2, p 141 – 167, abril/junho.

Van Beest, F., Braam, G., Boelens, S. (2009). Quality of Financial Reporting: measuring qualitative characteristics. *NiCE Working Paper* 09-108. Disponível em: http://www.dphu.org/uploads/attachements/books/books_3437_0.pdf

Van Campenhout, G. e Van Caneghem, T. (2009). Information Availability, Information Quality and the Financial Structure of Belgian SMEs. *Economics & Management*. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1541793

Zogning, F. (2013). Normalisation comptable internationale et qualité de l'information financière : Quel bilan pour les IFRS? *Journal of Global Business Administration (JGBA)*. Volume 5, Number1.

ANEXOS



**MESTRADO EM GESTÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS
QUESTIONÁRIO**

A qualidade da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses

O presente questionário servirá de suporte ao desenvolvimento de uma dissertação de Mestrado em Gestão – Especialização em Finanças, efetuada por Alda Daio, a decorrer no âmbito de uma parceria estabelecida entre a Universidade de Évora (Portugal) e o Ministério de Educação, Cultura e Comunicação de STP. O trabalho visa analisar a qualidade da informação financeira produzida e divulgada pelas médias e grandes empresas santomenses do ponto de vista da relevância e da fiabilidade. Pautamos pela confidencialidade e o anonimato, sendo que os dados serão utilizados apenas para este fim e os resultados apresentados em termos globais.

Nome da empresa:

(Facultativo) _____

Dados do inquirido:

Função: Administrador/ Gerente ; Responsável Financeiro ; TOC

Outro *Especificar:* _____

Sexo: M F

Idade:

- Até 29 anos
 Entre 30 e 39 anos
 Entre 40 e 49 anos
 Mais de 50 anos

Nível académico:

- Ensino básico (9º ano)
 Ensino Secundário (11º ano)
 Bacharelato
 Licenciatura

Pós graduação ou Mestrado

I. CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Sector de actividade:

Agricultura

Comércio

Serviços

Turismo e Hotelaria

Indústria e Construção Civil

Outro *Especificar:* _____

Data da criação da empresa:

(Caso não se lembre da data exacta coloque apenas o ano)

Forma jurídica:

Empresa em nome individual

Sociedade Unipessoal

Sociedade por quotas

Sociedade Anónima

Outro *Especificar:* _____

Se assinalou a 3ª opção (Sociedade por quotas) responda ao seguinte:

➤ Nº de sócios: 2 mais de 2

➤ Relação familiar entre os sócios:

Cônjuges

Parentes *Especificar o grau de parentesco:* _____

Nenhuma forma de parentesco

Gerência:

O gerente é também sócio da empresa : SIM

NÃO

Volume de Negócios (Facultativo):

Inferior a 900 mil de dobras

Entre 900 mil de dobras e 2,250 milhões de dobras

Entre 2,25 milhões de dobras e 10 milhões de dobras

- Entre 10 milhões de dobras e 50 milhões de dobras
- Superior a 50 milhões de dobras

Número de colaboradores:

- Inferior a 12
- Entre 12 e 30
- Entre 30 e 50
- Superior a 50

Enumere as fontes de financiamento da sua empresa de 1 a 4, sendo (1) para a mais utilizada e (4) para a menos utilizada.

- Capitais próprios
- Empréstimo dos sócios
- Financiamento bancário
- Outros *Especificar:* _____

II. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

A contabilidade é feita:

- Internamente (por contabilistas da empresa)
- Externamente

A preparação da informação financeira é algo encarada como sendo:

- Uma formalidade
- Necessária para a empresa

Que importância atribui à informação financeira (demonstrações financeiras) no que toca à:

	Nenhuma	Pouca	Moderada	Muita	Muitíssima
Gestão corrente da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acesso ao financiamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Investimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Obrigações fiscais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Especificar: _____

A quem se destina a informação financeira (demonstrações financeiras) da sua empresa?

(Enumere de 1 a 5, sendo 1 para o destinatário mais importante e 5 para o menos importante)

- Fisco (Direcção dos impostos)
- Banco
- Gerente/Administrador

Sócios

Outros *Especificar:* _____

Na sua opinião, que importância essas entidades dão a informação financeira?

	Nenhuma	Pouca	Moderada	Muita	Muitíssima
Fisco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Banco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Gerente/Administrador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sócios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Especificar: _____

Muito obrigada!



MESTRADO EM GESTÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM FINANÇAS

A qualidade da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses

GUIÃO DA ENTREVISTA

Instituição bancária: _____

Dados do entrevistado:

Função/posto:

Há quantos anos nesta função/posto: _____

Sexo: M F

Idade:

Nível académico:

Ensino básico (9º ano)

Ensino Secundário (11º ano)

Bacharelato

Área de formação:

Licenciatura

Área de formação:

Pós graduação ou Mestrado

Área de formação:

Experiência profissional

Inferior a 5

Entre 5 e 10

Entre 10 e 15

Superior a 15

Informações sobre a qualidade da informação financeira:

- 1- Existe alguma classificação de empresas ao nível da vossa instituição em termos da dimensão? Se sim, que critérios são utilizados?
- 2- Que requisitos devem obedecer os *dossiers* de pedido crédito?
- 3- Quais são os documentos que as médias e grandes empresas devem apresentar aquando do pedido de crédito?
- 4- Qual é o papel e a importância da informação financeira no processo de atribuição de crédito e análise de risco?
- 5- Que demonstrações financeiras são analisadas?
- 6- Que dados e rácios económico-financeiros são escrutinados?
- 7- A apresentação destes mapas é somente no início ou no caso de créditos de médio prazo são também solicitados os dos anos subsequentes?
- 8- Fala-se muito do facto das empresas terem mais do que uma contabilidade. Qual é a sua percepção sobre o assunto?
- 9- O que é feito para que isso não aconteça? Que precauções são tomadas.
- 10- Qual é a percepção da vossa instituição sobre a qualidade da informação financeira?
- 11- O que é determinante na concessão de crédito e de condições mais favoráveis para as empresas?
- 12- Até que ponto o conhecimento e as boas relações com o empresário podem ser determinantes para a obtenção de um empréstimo? Podem pesar mais do que a informação financeira?

Anexo C: Carta-solicitação de entrevista

Alda Amado S. Daio
Endereço: xxxxxx
Telf: xxxxxx
São Tomé

Exmo Sr Director Geral xxxxxxxx
Endereço: xxxxx
São Tomé

Assunto: Solicitação de entrevista

Excelência,

No quadro da realização do Mestrado em Gestão – Especialização em Finanças, a decorrer no âmbito de uma parceria estabelecida entre a Universidade de Évora (Portugal) e o Ministério de Educação, Cultura e Ciência de STP, estou a desenvolver uma dissertação sobre a qualidade da informação financeira das médias e grandes empresas santomenses. O trabalho visa a analisar a qualidade da informação financeira produzida pelas médias e grandes empresas santomenses do ponto de vista da sua relevância e utilidade.

A metodologia adoptada conduz-me a entrevistar responsáveis das instituições financeiras, no sentido de avaliar até que ponto esta informação é útil na tomada de decisão relativamente à concessão de crédito e análise de risco.

Assim, venho solicitar os bons ofícios de V/EXA para que tal entrevista seja efectuada, de preferência com o responsável do sector de crédito ou a pessoa por si julgada mais indicada, e, se possível, ainda no decorrer da próxima semana.

Junto a este pedido o guião da entrevista, frisando que fica salvaguardada a questão da confidencialidade e do anonimato, atendendo que os dados serão utilizados apenas para este fim e os resultados apresentados em termos globais.

Esperando contar com a colaboração da V/ instituição, queira, Excelência, aceitar os meus melhores cumprimentos

São Tomé, xxxxxxxxxxxx

Alda Daio